Filantropia e os ODS

O investimento social privado brasileiro engajado na agenda global do desenvolvimento

SDG Philanthropy Platform

SDG Philanthropy Platform

PNUD

Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

Filantropia e os ODS:

O investimento social privado brasileiro engajado na agenda global do desenvolvimento

Novembro de 2017

PNUD Brasil

Niky Fabiancic
Coordenador Residente no Brasil e
Representante Residente do PNUD no Brasil

Didier Trebucq
Diretor de País do PNUD no Brasil

Maristela Marques Baioni
Representante Residente Assistente
para Programa do PNUD no Brasil

EQUIPE TÉCNICA DO PNUD NO BRASIL

Luciana Aguiar
Gerente de Parcerias e Desenvolvimento para o Setor Privado

Natalia Sant' Anna Torres
Assistente de Oficial de Programa

Maria Paula Marques
Suporte Técnico

Luísa Saraiva
Suporte Técnico

Centro Internacional do PNUD em Istambul para o Setor Privado em Desenvolvimento (IICPSD)

Marcos Athias Neto
Diretor

Karolina Mzyk
Conselheira em Filantropia do PNUD

—

REALIZAÇÃO

PNUD
Rockefeller Philanthropy Advisers
SDGPP no Brazil

Fundação Roberto Marinho
TV Globo
Fundação Itaú Social
Instituto C&A
Fundação Banco do Brasil
Instituto Sabin
Itaú
GIFE
IDIS
Comunitas
WINGS

—

COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO

Heather Grady
Vice-Presidente da Rockefeller Philanthropy Advisers

Kelly Diggins
Associada da Rockefeller Philanthropy Advisers

Melissa Blackerby
Assistente de Comunicações da Rockefeller Philanthropy Advisers

Karolina Mzyk
Consultora em Filantropia do PNUD

Luciana Aguiar
Gerente de Parcerias e Desenvolvimento para o Setor Privado

—

Design por Rafael Melo
Foto de capa de Martine Perret

Agradecimentos

A Plataforma de Filantropia para os ODS (SDGPP) gostaria de agradecer às pessoas e organizações especializadas que generosamente dedicaram seu tempo e sua participação ativa às atividades descritas neste relatório. Sem seu envolvimento, os eventos da SDGPP não teriam sido possíveis.

Agradecemos especialmente às organizações participantes:

- Instituto Humanize
- Porticus Latin America
- Foco
- Fundação Lemann
- Fundação Avina,
- Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal
- Fundo Socioambiental CASA
- Instituto Akatu
- Instituto Alana and Believe Earth
- Instituto Ayrton Senna
- Instituto CPFL
- Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS
- Instituto Liberta
- Instituto NET Claro Embratel
- Secretaria Nacional de Articulação Social do Governo Federal
- Secretaria de Parcerias e Inovação do Estado de São Paulo

Facilitação e apoio à metodologia do workshop:

- Reos Partners

Aviso Legal:

Os pontos de vista e opiniões expressos neste documento são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial do PNUD. A responsabilidade pelas informações e opiniões contidas nesta publicação é inteiramente dos autores. As suposições feitas no âmbito da análise não refletem a posição de qualquer agência da ONU.

Índice

Prefácio 5

Introdução 8

1. A Plataforma de Filantropia para os ODS – engajamento mais profundo nos objetivos do global para o local 15

SDG Philanthropy Platform no Brasil 16

2. Tendências e análise comparativa do investimento social privado 19

Panorama do investimento social privado no Brasil 21

A filantropia brasileira e o investimento social privado no contexto dos países latino-americanos 28

3. A Agenda 2030 e os ODS como oportunidade 33

Alinhamento do investimento social privado com os ODS no Brasil 33

Catalisando inovações – uma história sobre a colaboração das fundações brasileiras para os ODS 41

Investimento social coorporativo e os ODS 51

4. Investimento para o desenvolvimento: a contribuição de fundações e institutos 57

O papel da filantropia familiar para os ODS no Brasil 59

Filantropia e Investimento de Impacto: considerações para ampliar a implementação da agenda de desenvolvimento sustentável 62

Conclusões 67

Prefácio

Marcos Athias Neto

Diretor do Centro Internacional do PNUD em Istambul para o Setor Privado em Desenvolvimento

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

De 1999 a 2013, o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza extrema reduziu pela metade.[1] O número de pessoas subnutridas em todo o mundo diminuiu de 930 milhões no início dos anos 2000 para cerca de 793 milhões nos últimos três anos.[2] Da mesma forma, o número de crianças fora da escola diminuiu quase pela metade, de 100 milhões em 2000 para aproximadamente 57 milhões em 2015.[3]

Ainda vivemos em tempos de grande incerteza e convulsões. Desafios intimidadores e complexos nos afetam em todas as partes do mundo. As inundações das cidades costeiras tiveram um aumento dramático devido às mudanças climáticas. As desigualdades de renda explodiram na última década, dentro e entre países. O número de pessoas que vão para a cama com fome todos os dias é estimado em 850 milhões em 2016, 40 milhões a mais do que no ano anterior. A lista é interminável.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) são a lista de tarefas do mundo para as pessoas e o planeta, capaz de acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade para todos. A Agenda 2030 deu ao mundo uma linguagem comum para ver como podemos transformar nossas sociedades e um senso de urgência.

No entanto, é claro que essa agenda ambiciosa e abrangente só pode ser alcançada com maneiras radicalmente novas de fazer as coisas. Somente colaborando e reunindo diversas pessoas para analisar problemas antigos por meio de novas lentes, rompendo silos e combinando nossas capacidades coletivas, podemos criar soluções inteligentes para cumprir as promessas da Agenda 2030. Para alcançar os ODSs, todos precisam fazem a sua parte: governos, setor privado, sociedade civil, academia, filantropia e cidadania.

Este relatório "Filantropia e os ODSs: o envolvimento do investimento social privado brasileiro na agenda de desenvolvimento global" demonstra a vitalidade da filantropia brasileira em relação à sua contribuição para os ODS. Ele ilustra como os ODS podem avançar no campo filantrópico ao impulsionar parcerias transformadoras, quando novas ideias e perspectivas são combinadas e aumentam o impacto geral. Os dados mostram um quadro significativo de fundações e institutos que concedem subsídios, mas as muitas outras contribuições que o setor filantrópico traz para a mesa. A diversidade de atores no campo, de doações privadas a fundações corporativas e investidores sociais, oferece muitas abordagens diferentes: desde a doação financeira até o investimento social de impacto, em todo o Brasil. A grande maioria das organizações filantrópicas no Brasil está ciente e vê valor no alinhamento de estratégias com as metas, o que é positivo para seguir adiante.

As decisões tomadas coletivamente nos próximos anos terão um grande impacto na taxa de progresso em direção aos ODS. Este relatório é uma ferramenta poderosa que deve ser realizada continuamente para monitorar o progresso coletivo e as contribuições da filantropia brasileira para alcançar a Agenda 2030. É preciso dizer que somos a primeira geração na história que pode erradicar a pobreza, enquanto ao mesmo tempo somos a última geração que pode evitar as piores consequências das mudanças climáticas. Basta fazer isso!

[1] UN 2017. SDG Report 2017
https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2017/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2017.pdf

[2] ibid

[3] UN 2015. MDG Report 2015 http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf

Prefácio

Niky Fabiancic

Representante Residente

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil

Em 2015, a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram aprovados pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas. Naquela ocasião, teve início a contagem regressiva para que alcancemos os 17 ODS e suas 169 metas. No início do próximo ano, quando essa nova Agenda Global completar dois anos, teremos 12 anos para transformar o mundo por meio de um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Para isso, o empenho de cada uma e de cada um é indispensável. Dos chefes de Estado aos chefes de família, todas e todos têm um compromisso com o futuro deste planeta. Isso significa envolver regiões, países, unidades federativas, municípios, comunidades, bairros, famílias, cidadãs e cidadãos nesse projeto global. Mas como fazer isso em relativamente tão pouco tempo? Embora não estejamos partindo do zero – graças aos avanços obtidos com a implementação da Agenda do Milênio e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os ODM –, temos agora um plano ainda mais ambicioso.

Eis onde se destaca a relevância do tema proposto pela Plataforma de Filantropia no Brasil, como parte da iniciativa global da SDG Philanthropy Platform, que resulta nesta publicação. Após dois anos da adoção da Agenda 2030 e seus ODS, é necessário avançar no debate sobre como criar condições para implementar e ampliar os mecanismos de financiamento. Não por acaso, um dos ODS, o 17, trata exatamente de parcerias e meios de implementação.

O que isso significa, afinal? A ideia de "meios de implementação" compreende a interdependência de elementos como: recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia, desenvolvimento de capacidades, comércio e globalização inclusivos e equitativos, integração regional, assim como a criação de um ambiente nacional propício à implementação dessa nova agenda, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, uma parceria global renovada e fortalecida para mobilizar os meios de implementação precisa:

- Tratar, de maneira integrada, as dimensões social, econômica e ambiental, tripé da nova agenda;
- Basear-se em compromissos e estruturas de governança já existentes para garantir que novas iniciativas reforcem experiências de êxito anteriores;
- Levantar recursos em fundos diversificados de financiamento;
- Fortalecer estruturas de governança e responsabilidade, favorecendo o envolvimento de múltiplos atores, incluindo os dos setores de financiamento, tecnologia, inovação e difusão, assim como desenvolvimento de capacidades para instituições e pessoas.

Em síntese, a nova Agenda Global requer um concerto, uma abordagem holística e transversal, não somente em termos do entendimento de seus objetivos, mas também e principalmente na forma de prover recursos para sua implementação. Como se sabe, recursos públicos e privados não precisam ser excludentes. Parcerias, no entanto, para darem certo, exigem planejamento, alinhamento e construção de consenso. Caso contrário, podem gerar fragmentação e desperdício de investimentos. A identificação de sinergias é, portanto, fundamental.

Isso vale também, evidentemente, quando se somam fontes interna e externa de recursos. Afinal,

a multiplicidade de fundos também pode representar um ambiente de elevada complexidade e ineficiência, resultando em fontes de financiamento com cada vez menos recursos. Não raramente, multiplicidade significa, de novo, fragmentação. Aqui o papel de coordenação e de governança é de fundamental importância para orquestrar e otimizar os esforços e iniciativas.

Se, no âmbito nacional, há novos desafios, o que dizer do âmbito subnacional? A implementação adequada da Agenda 2030 – que tem como mote "não deixar ninguém para trás" – envolve sua localização, ou seja, é preciso identificar soluções considerando realidades diversas. Assim, o processo de desenvolvimento sustentável deve ser "localizado", isto é, apropriado a cada local. "Localização" significa levar em consideração os diferentes contextos subnacionais na implementação da Agenda 2030, desde o estabelecimento de objetivos e metas até a determinação dos meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o avanço da agenda.

Localização refere-se tanto à forma como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS por meio de ações "de baixo para cima", quanto a forma como os ODS podem fornecer um arcabouço para uma política de desenvolvimento local.

Em um país como o Brasil, em que parte significativa da responsabilidade pelo bem-estar público é de estados e municípios, o desafio nacional repete-se em nível subnacional. É nesse contexto que se situam também os projetos e programas desenvolvidos pelas organizações filantrópicas e apoiadas pelo investimento social privado.

Em vista disso, a Equipe de País do PNUD tem atuado no desenvolvimento de ações que potencializem a localização dos ODS, de forma a poder emprestar sua expertise nacional e internacional aos esforços das fundações e institutos, dos governos, do investimento social privado e da sociedade civil.

O investimento na implementação da Agenda 2030 é do tipo ganha-ganha. Não é a fundo perdido. Tem e terá sempre retorno, seja em curto, médio ou longo prazo. Portanto, não pensemos duas vezes antes de investir em projetos que levem ao cumprimento dos ODS. Não pensemos duas vezes antes de assumir responsabilidades e, ao mesmo tempo, compartilhá-las. É de uma parceria global pelo desenvolvimento que estamos tratando aqui. Mesmo quando o investimento é local, ele tem alcance nacional e internacional, pois uma agenda interconectada como essa favorece o impacto positivo em uma espécie de efeito-dominó.

Por isso, reitero minha profunda satisfação de ver uma articulação que envolve as fundações, o poder público, o setor privado e a sociedade civil, para potencializar seus esforços e encontrar soluções conjuntas para acelerar a implementação dessa agenda no país. Do compromisso desses atores depende imensamente o êxito do Brasil no alcance dos ODS. Contamos com isso. Sabemos que é possível.

Introdução

O crescente papel da filantropia brasileira nos objetivos globais

Graças aos esforços combinados de governos, empresas, sociedade civil, academia e, cada vez mais, da filantropia – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornaram-se o DNA do desenvolvimento global. Os 17 objetivos e 169 metas oferecem uma visão unificada do desenvolvimento sustentável para o mundo – são universais, aplicáveis a todos os países do mundo e resultado do maior esforço de divulgação e consulta na história da ONU.

Grandes e pequenas empresas começaram a alinhar suas estratégias aos ODS. Por exemplo, a Medtronic, uma empresa global de saúde e cofundadora da Impact2030, uma rede global de negócios que promove o voluntariado corporativo para alcançar os ODS, prometeu envolver sua equipe de 85.000 funcionários em todo o mundo nos esforços para os ODS. Empresas como a Unilever, uma gigantesca empresa de produtos de consumo, acreditam que os ODS apresentam uma oportunidade de ampliar seus negócios para novos mercados e consumidores.

Além disso, a comunidade empresarial já tentou avaliar as oportunidades de negócios decorrentes da adoção dos ODS. O recente relatório da Business and Sustainable Development Commission (Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Empresarial) defende que a adoção dos ODS irá gerar oportunidades de mercado equivalentes a US$ 12 trilhões em novos valores de mercado disponíveis para as empresas que se alinharem aos Objetivos Globais. A sociedade civil é uma das primeiras em defender esses objetivos e planejar a implementação. SDG Action Campaign (Campanha de Ação dos ODS) e Beyond 2015 são exemplos das centenas de redes de OSC que abrangem vários países e colaboram para tratar de uma grande variedade de questões. Por exemplo, recentemente, organizações da sociedade civil uniram forças com o governo, o setor privado e a academia para lançar uma plataforma de várias partes interessadas nos ODS com o intuito promover parcerias que visam a acelerar a implementação dos ODS em Gana. A filantropia começou recentemente a abraçar os ODS. Estão surgindo redes de filantropia e de investimento de impacto que promovem e alinham esforços aos objetivos.

A Plataforma de Filantropia para os ODS (SDGPP, na sigla em inglês, ou a Plataforma) é uma iniciativa global que constrói liderança em filantropia para os ODS. Até o momento, a Plataforma já reuniu mais de mil filantropos de vários países para facilitar a colaboração efetiva para que, juntos, o financiamento e os programas tenham impacto mais amplo e sustentável na vida das pessoas. Além disso, a SDGPP estabeleceu caminhos para envolver a filantropia no planejamento e na implementação nacional dos ODS em oito países-piloto. São eles: Brasil, o oitavo país a aderir, além de Colômbia, Gana, Índia, Indonésia, Quênia, EUA e Zâmbia. A Plataforma é liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Rockefeller Philanthropy Advisors (RPA) e financiada pela Conrad N. Hilton Foundation, Ford Foundation, Brach Family Charitable Foundation e Fundação das Nações Unidas.

Descobrimos uma filantropia local próspera e diversificada nos países em que estamos trabalhando. O crescimento econômico resultou na criação de riqueza, com alguns de seus recursos agora direcionados para o apoio à mudança social. No entanto, os dados sobre atividades filantrópicas nesses países são escassos, o que dificulta a avaliação das contribuições do setor para os ODS. É

—
Karolina Mzyk Callias - Conselheira em Filantropia do PNUD. Coordena a implementação da Plataforma de Filantropia para os ODS em todo o mundo.
Marcos Athias Neto - Diretor do Centro Internacional em Istambul para o Setor Privado em Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

neste ponto que nossa Plataforma e nossos parceiros intervêm. A AFE, por exemplo, uma rede colombiana de fundações e nossa parceira de implementação, desenvolveu a MAPA, uma ferramenta que mapeia mais de 1.700 projetos de membros da AFE filtrados com relação aos objetivos e metas dos ODS. Além de aumentar muito a transparência do setor, a MAPA é também um excelente veículo para o compartilhamento de conhecimentos e a colaboração.

Em 2014, mais de 173 organizações filantrópicas locais brasileiras, incluindo fundações corporativas, fundações comunitárias, fundações de empresas familiares e individuais, direcionaram 3 bilhões de reais para a implementação de programas e projetos. Somado aos resultados do investimento social corporativo, o volume total investido pelos investidores sociais brasileiros no ano chegou a 3,9 bilhões de reais.

A filantropia certamente tem os recursos financeiros, mas não deve ser vista como um "caixa eletrônico para os ODS", pois não são apenas os recursos financeiros da filantropia que fazem a diferença, mas também sua maneira única de abordar os desafios. A filantropia traz um foco firme nos resultados e compromisso com a inovação por meio de experimentação e testes. Além disso, fundações locais bem ancoradas em países têm conhecimentos exclusivos e geram insights sobre contextos locais e ideias de como superar barreiras.

O modelo de impacto da SDGPP baseia-se na crença de que os desafios de grande escala impostos pelos ODS só podem ser resolvidos com a abordagem sistêmica e que parcerias de grande escala e alto impacto podem mudar sistemas para que se obtenham resultados positivos em desenvolvimento sustentável. Nosso modelo colaborativo baseia-se em três pilares fundamentais: mobilizar a filantropia; cocriar percursos colaborativos em que a filantropia se reúna com outras partes interessadas para analisar causas externas e não sintomas de problemas sociais; e catalisar o capital usando abordagens como desafios de inovação ou investimento de impacto. A abordagem da transformação sistêmica identifica intervenções dos ODS que aceleram o progresso em direção aos ODS e levam a mudanças duradouras que vão além do que qualquer parceiro de desenvolvimento individual poderia fazer sozinho. Por exemplo, no Quênia, conectamos a filantropia com outros líderes de mudança social que trabalham na educação infantil para desenvolver, apoiar e investir em soluções escaláveis.

A Plataforma de Filantropia para os ODS brasileira fornece espaço e voz para as fundações compartilharem suas perspectivas nas discussões de políticas sobre os ODS com o governo e com outras partes que promovem mudanças sociais. O grupo de seis fundações iniciou um workshop com a participação de mais de 30 organizações da sociedade civil, empresas sociais e governo para identificar oportunidades de colaboração relacionadas aos principais ODS usando a abordagem sistêmica. Outro objetivo da rede brasileira é desenvolver uma solução inovadora de compartilhamento de dados que as fundações possam usar para aumentar a transparência do setor em relação aos ODS e aprender umas com as outras.

No futuro, a Plataforma de Filantropia para os ODS desenvolvida pelo PNUD, uma organização presente em 177 países do mundo, planeja uma expansão para todos os países interessados, tirando proveito de redes, recursos e lideranças globais da ONU. A única maneira de alcançar os ODS será se todos nós mudarmos radicalmente os modelos de governança em silos em direção a uma "abordagem para toda a sociedade", com o envolvimento de todos. Os ODS devem se tornar nosso DNA como consumidores, funcionários, empregadores e governos, entre outros, engajados e fazendo a nossa parte. As parcerias permitem superar a complexidade e a natureza inter-relacionada dos objetivos, possibilitando soluções inovadoras.

A Plataforma lançou recentemente um novo portal interativo – www.sdgphilanthropy.org – que funciona como um centro de recursos de ODS e mercado de apoio a iniciativas e ideias de filantropos, fundações, governos, ONU e inovadores sociais. Ao fornecer esse espaço on-line para a conexão e a colaboração com a comunidade filantrópica na missão compartilhada dos ODS,

pretendemos reduzir a duplicação de esforços e alavancar recursos, aumentar a transparência, facilitar o compartilhamento de informações e destacar o papel essencial da filantropia nos esforços globais de implementação.

Uma apropriação arrojada e visionária dos Objetivos Globais é fundamental neste processo. Estamos muito felizes em ter filantropos brasileiros dispostos a trabalhar juntos pelo desenvolvimento sustentável global.

A Implementação dos ODS no Brasil

Haroldo Machado Filho[4]

Há pouco mais de dois anos, em setembro de 2015, os 193 países-membros das Nações Unidas aprovaram, por consenso, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um plano de ação para para as pessoas, o planeta e a prosperidade, buscando igualmente fortalecer a paz universal com mais liberdade, até o ano de 2030. Tal plano deverá ser implementado por meio de uma parceria colaborativa entre todos os países e todos os grupos interessados[5].

O principal pilar da Agenda 2030 é o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, os quais apesar de apresentarem 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, devem ser considerados como integrados e indivisíveis. Os países têm nos ODS um guia. Estão previstos indicadores qualitativos e quantitativos para mensurar o quanto se está avançando ou não, traduzindo para os tomadores de decisões e a população em geral questões fundamentais sobre o desenvolvimento. Eles são a base da nova agenda de desenvolvimento internacional, que é muito mais ampla e muito mais ambiciosa.

São valores fundamentais da Agenda 2030:

1) **a universalidade**, pois ela contempla desafios globais que devem ser abordados por todos os países, independentemente de sua situação de desenvolvimento;

2) **a integração**, pois entende a relevância de se buscar abordagens que consigam mesclar, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental; e

3) **"não deixar ninguém para trás"**, pois pretende dar visibilidade aos grupos mais desfavorecidos e em situação de vulnerabilidade.

Como tudo o que é novo, a implementação desta agenda, bem como de seus princípios orientadores, apresenta desafios importantes. Embora os ODS sejam de natureza global e universalmente aplicáveis, eles se conectam fortemente com as políticas e ações em âmbitos nacional, regional e local. Isso é muito importante para que os ODS cheguem a todas as pessoas em todos os lugares. Para a disseminação e o alcance das metas estabelecidas pelos 17 ODS, é preciso promover a atuação de governantes, gestores, representantes do setor privado, de organizações da sociedade civil, da academia, bem como cidadãs e cidadãos de todo o país como atores ativos e agentes de transformação.

Para se alcançar essa proposta ousada, é essencial que os países disponham de mecanismos de governança fortalecidos, permitindo que a implementação dos ODS seja executada de maneira conjunta e coordenada, envolvendo diversos setores da sociedade engajados no alcance de objetivos comuns. Um passo importante neste sentido no Brasil

[4] Consultor Sênior no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD / Brasil e co-presidente do Grupo Assessor para a Agenda 2030 do Sistema das Nações Unidas no Brasil.

[5] Vide Preâmbulo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

foi a criação da Comissão Nacional para os ODS, que tem composição paritária, reunindo representantes dos governos federal, estadual e municipal e também da sociedade civil e do setor privado.

No entanto, o maior desafio é que esta agenda se torne uma realidade concreta nos territórios onde vivem e trabalham as populações, de forma que se possa avançar no processo de desenvolvimento transformando a vida das pessoas, de forma pragmática.

O princípio de "universalidade" da agenda não pode ser confundido com "uniformidade", pois não há apenas uma fórmula de desenvolvimento. É fundamental buscar soluções adequadas para cada situação, sobretudo em um país com realidades tão diversas como o Brasil. Portanto, é fundamental que o processo de desenvolvimento sustentável seja "localizado". "Localização" é o processo de levar em consideração os contextos subnacionais na realização da Agenda 2030, desde o estabelecimento de objetivos e metas até a determinação dos meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso[6]. Buscar uma abordagem que possa ser ajustada a cada contexto de desenvolvimento, instrumentalizada por meio de um conjunto de ferramentas específicas para enfrentar desafios locais próprios, é certamente complexo, mas pode trazer resultados mais efetivos com vistas a impactar a vida das cidadãs e cidadãos naquelas localidades. A própria Agenda 2030 reconhece que se deve buscar implementá-la dentro de cada país e em nível regional e global, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, bem como respeitando as políticas e prioridades nacionais. Deve-se respeitar a autonomia de cada país no desenvolvimento de políticas nacionais para um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, em particular para os países em desenvolvimento, mantendo-se consistência das regras e dos compromissos internacionais relevantes[7].

As interconexões e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda se concretize. Entretanto, esse princípio norteador também oferece uma série de desafios. Há um consenso geral de que os problemas que a humanidade enfrenta estão cada vez mais conectados, o que requer também soluções mais complexas. No entanto, na maioria dos casos, tanto no planejamento quanto na execução de políticas públicas, impera processos decisórios fragmentados, instituições que enfrentam constantes desafios de conflito de competências e até mesmo duplicidade de esforços entre os vários atores envolvidos. Não raras vezes são observadas ações na área econômica que geram impactos adversos na esfera ambiental e até mesmo social. Mas a busca pela "coerência de políticas" não deve considerar apenas o "aqui e agora" das políticas – ou seja, quão bem elas se articulam conjuntamente para abordar as múltiplas dimensões de bem-estar da geração presente -, mas também as suas ramificações globais, isto é, os impactos de políticas e práticas domésticas em outros países, e o grau em que as políticas abordam os interesses das gerações futuras[8]. Isso certamente acrescenta outra(s) camada(s) de complexidada à busca de uma visão integrada dos ODS.

A busca por soluções integradas pode acelerar soluções práticas e poupar tempo, bem como recursos humanos e financeiros. Esta visão requer que seja fortalecida uma "competência de pensamento sistêmico", ou seja, habilidade de reconhecer e compreender relacionamentos; analisar sistemas complexos; pensar como os sistemas são incorporados dentro de diferentes domínios e diferentes escalas; e lidar com a incerteza[9].

Projeto ambicioso, a Agenda 2030 não quer pouco. Seu principal "mote" é "Não deixar ninguém para trás". No entanto, todas e todos sabem que ainda há muita gente no mundo que já ficou para trás em termos de desenvolvimento – e muitas outras que correm o risco de ficar para trás de agora em diante. É fundamental garantir a inclusão daqueles que não se beneficiaram dos esforços de desenvolvimento empreendidos até aqui e evitar que mais pessoas se tornem socialmente excluídas. Trata-se, portanto, de alcançar todas as pessoas, independentemente de nacionalidade, gênero, raça, cor, etnia, religião ou qualquer outra condição, incluindo orientação sexual e identidade de gênero.

Para isso, será necessário ir "além das médias estatísticas", as quais escondem grandes desigualdades. A Agenda 2030 requer que a implementação dos objetivos e as metas sejam acompanhados por meio de indicadores focados em

[6] ONU BRASIL, "Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: implementação e acompanhamento subnacional", p. 12.

[7] Vide parágrafo 21 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

[8] WORLD RESOURCES INSTITUTE, "Universality, Integration, and Policy Coherence for Sustainable Development", 2016.

[9] UNESCO, "Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem", 2017, p.10.

resultados mensuráveis. Esses indicadores terão de levar em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, bem como respeitar as políticas e as prioridades nacionais[10].

Mas para que se possa formular medidas eficazes para combater as desigualdades e honrar o "chamamento ético" da Agenda é fundamental aprimorar a coleta de indicadores em relação à disponibilidade de informações quanto à desagregação por unidades da federação (federal, estadual, municipal; áreas urbano/rural), por sexo/gênero, raça/cor, faixa etária, bioma, etc., bem como elaborar observações quanto à necessidade dessas informações quando inexistentes e/ou maior desagregação dos dados. A geração de dados desagregados para o acompanhamento da implementação desta Agenda será um grande desafio, não apenas para os órgãos oficiais de estatística, mas para todos os atores. Aliás, a própria disponibilidade de dados já será um desafio importante para o acompanhamento de muitas das metas. A própria Agenda 2030 reconhece "que os dados de referência para várias das metas permanecem indisponíveis", e conclama "um maior apoio para o fortalecimento da coleta de dados e para o desenvolvimento de capacidades nos Estados-membros para desenvolver dados de referência nacionais e globais onde eles ainda não existam". Busca-se, portanto, corrigir essa lacuna na coleta de dados, de modo a informar melhor a mensuração do progresso, em particular para os casos aonde não haja metas quantitativas claras.

Outro grande desafio para o alcance dessa agenda são os recursos. A mobilização de recursos dos países em desenvolvimento, fontes inovadoras de financiamento e contribuições do setor privado, além da assistência oficial ao desenvolvimento e do alívio da dívida para certos países, são importantes meios de implementação. A Agenda 2030, incluindo os ODS, pode ser atingida no âmbito de uma parceria global revitalizada para o desenvolvimento sustentável, apoiada pelas políticas e ações concretas dispostas no documento final da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba, de 13 a 16 de julho de 2015[11].

Mas a Agenda não oferece apenas desafios, mas também muitas oportunidades.

Enfrentar os desafios da nova agenda requer mais colaboração entre setores, a superação da visão compartimentalizada de diferentes assuntos ("breaking silos") e maior transparência e acompanhamento efetivo da implementação das metas e indicadores referentes aos ODS por meio de dados quantitativos e confiáveis.

Houve progresso significativo na superação de muitos desafios ao desenvolvimento. Na última década, centenas de milhões de pessoas deixaram a pobreza extrema, mas existe o risco de alguns milhões nela recaírem. Podemos acelerar os avanços. É fundamental, por exemplo, assegurar maior participação e valorização das mulheres em todos os setores.

O acesso à educação aumentou consideravelmente tanto para meninos quanto para meninas. A disseminação da informação e das tecnologias de comunicação e interconectividade global têm grande potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o hiato digital e desenvolver sociedades do conhecimento, tal como a inovação científica e tecnológica em áreas tão diversas como medicina e energia.

Mas há a oportunidade de fazer escolhas diferentes: formas mais sustentáveis de produção e consumo; de como se lida com outros seres que habitam este planeta; de como se convive com os outros, de forma mais harmônica e inclusiva.

A Agenda 2030 oferece enormes oportunidades para o setor privado, oportunidades que vão além de recursos financeiros, e promovem capacitação para a sustentabilidade, acessibilidade de dados para o desenvolvimento, inovação tecnológica e parcerias globais.

O alcance dos ODS dependerá da capacidade de torná-los realidade nas cidades e regiões onde vivem e trabalham as populações. A nova Agenda 2030 deve ser o norte do planejamento de longo prazo do país, dos estados e municípios. Isso permitirá ao Brasil avançar na implementação dos ODS em todo o território nacional e alcançar resultados concretos.

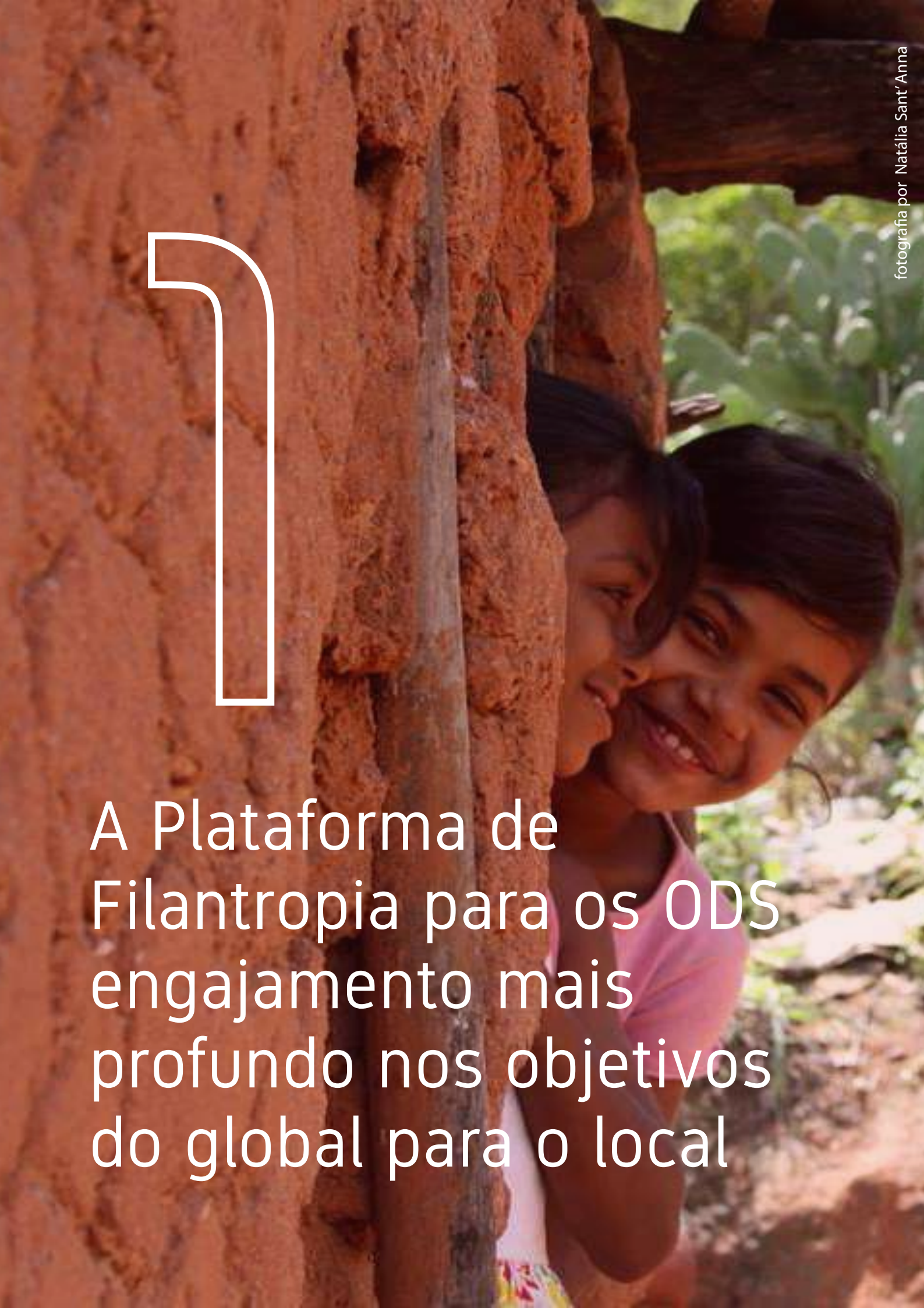
Os ODS oferecem um poderoso instrumento de planejamento estratégico de médio e longo prazo, o que, por sua vez, pode ensejar vários ganhos, como a promoção da modernização da gestão pública, com base em novas formas de

[10] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). "Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável." Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. 250 p.

[11] Vide parágrafo 40 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

articular o controle social, a prestação de contas, a transparência e a formulação conjunta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil foi uma referência na implementação da agenda de desenvolvimento anterior, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. A implementação dos ODM trouxe uma série de ganhos para a sociedade brasileira. Por causa disso, as expectativas em relação a esta nova agenda são altas. Apesar de dificuldades que o país atualmente enfrenta, espera-se que o Brasil continue tendo posição de relevância no campo internacional, mantendo sua liderança no tema do desenvolvimento sustentável, com um leque amplo de políticas públicas, experiências e boas práticas para demonstrar e compartilhar com os demais países associados à agenda global dos ODS.



fotografia por Natália Sant'Anna

1

A Plataforma de Filantropia para os ODS engajamento mais profundo nos objetivos do global para o local

1. A Plataforma de Filantropia para os ODS – engajamento mais profundo nos objetivos do global para o local

Um pequeno grupo de colegas do PNUD, Conrad N. Hilton Foundation, Ford Foundation, Rockefeller Philanthropy Advisors (RPA) e Foundation Center se reuniram no início de 2014 para criar estratégias para o envolvimento da filantropia nos sucessores dos ODM, enquanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ainda estavam sendo negociados. As parcerias iniciais foram formalizadas na Plataforma de Filantropia para os ODS, na qual o PNUD atua como líder no trabalho em nível nacional, a RPA traz perspectiva e experiência em filantropia, a FC criou a plataforma de dados original e todos facilitam um interesse crescente na colaboração multissetorial para alcançar os ODS. O trabalho foi primeiramente lançado em nível global e em países-piloto originais (primeiro, no Quênia, na Colômbia e na Indonésia). Posteriormente, foi ampliado para incluir cerca de dez países focais, entre eles os EUA, e uma lista crescente de parceiros financiadores – não apenas os fornecedores de capital semente, Ford Foundation e The MasterCard Foundation, mas também Brach Family Charitable Trust, E4Impact Foundation, Oak Foundation, Fundação da ONU, Global Fund for Women e agora consórcios como a coalizão Ignite Philanthropy. Os países focais agora incluem Zâmbia, Gana, Índia, Brasil e a região do Oriente Médio/Norte da África, e o trabalho se expande a cada trimestre.

Este esforço ambicioso foi lançado com um claro reconhecimento das principais oportunidades e barreiras para a inclusão da filantropia nos marcos para o desenvolvimento sustentável. A equipe da Plataforma sempre acreditou que, a menos que medidas sejam tomadas quanto à fragmentação dos programas de mudança social, com liderança colegiada e cooperação excepcional, nossa visão coletiva de um setor maior e um mundo melhor não será possível.

Existe uma relação profunda e inseparável entre permitir que o setor de filantropia e investimento social use recursos com sabedoria e alcançar a visão ambiciosa que os 17 ODS representam. Um exemplo é melhorar as capacidades dos financiadores de fornecer fundos com mais clareza sobre como projetos individuais apoiam agendas públicas e melhorar as políticas públicas para grupos desfavorecidos. A visão da Plataforma é:

- Incentivar uma mudança de mentalidade para que se compreenda que mobilizar recursos para alcançar os objetivos individual e coletivamente se trata de financiar e angariar recursos inexplorados (por exemplo, finanças sociais e investimentos de impacto), não apenas os fundos tradicionais que muitas vezes criam dependências, além de encontrar intervenções catalíticas que gerem maiores efeitos de ondulação e efetivas mudanças sistêmicas.
- Demonstrar uma abordagem em cada país, e dentro de áreas temáticas/setoriais, enfatizando a ação colaborativa e coletiva, em vez de relacionamentos individualizados e isolados e padrões de doação. Haverá alguns padrões em termos de metodologia em todos os países, mas também resposta ao contexto local.
- A Plataforma irá liderar pelo exemplo ao reunir consistentemente agrupamentos incomuns de indivíduos e instituições comprometidos com a mudança participativa e progressiva e com a tomada de riscos, ao mesmo tempo que se responsabilizam por aprender com os erros e estabelecer uma relação de troca franca com o grupo mais amplo de atores.

- Reconhecer a importância da apropriação local é importante para buscar conselhos e orientação de equipes e instituições nacionais que conhecem melhor os contextos de seus países. Futuramente, o financiamento para a Plataforma no país virá principalmente de recursos locais. Simultaneamente, a Plataforma irá buscar perspectivas diversas em cada país, particularmente de governos nacionais e/ou subnacionais (dependendo do contexto do país) e de organizações comunitárias.
- Funcionar como ponte do local para o global e respeitar os atores estatais e não estatais na identificação de problemas e soluções continuará a ser uma das marcas da Plataforma.
- Embora a Plataforma vá permanecer enraizada na conexão do setor filantrópico com o governo e o sistema da ONU, como líder única neste espaço em relação aos ODS, a Plataforma deverá ser totalmente acolhida pelos setores empresarial e da sociedade civil como colaboradora.

Em cada vez mais países, a Plataforma serve de modelo para plataformas de parceria que conectam grupos de organizações em torno dos ODS como pontos de alavancagem e inovação, que no lado da ONU estão incorporadas nas equipes nacionais da ONU, contando com o apreço e a confiança de todas as agências da ONU no país e endossadas pelo governo. Esse é o verdadeiro espírito do objetivo 17 sobre parcerias. À medida que as finanças sociais se expandem em todo o mundo, de investidores de impacto, grandes investidores institucionais e outras fontes, a Plataforma irá incorporar um elo mais forte com esse setor e abrir caminho junto aos governos e à ONU onde houver hesitação.

As redes da Plataforma incorporam profundo conhecimento e capacidade de pesquisa, além de abordagens essenciais para alcançar os objetivos, como o pensamento sistêmico e a inovação. Isso a torna uma parceira forte no ecossistema financeiro e de planejamento de cada país em que atua, com base no contexto e nas oportunidades locais. Pode ser uma parceira forte junto à comunidade de empreendedores sociais local e globalmente – sejam organizações sem fins lucrativos que incorporam abordagens de escala significativas em seus trabalhos, empresas sociais que atendem a metas sociais e ambientais por meio de abordagens baseadas no mercado ou organizações híbridas.

Por fim, um ambiente propício para o setor de filantropia e seus parceiros serve de guia para o trabalho, uma vez que este é um pilar para a conquista e para a responsabilização pelos ODS.

SDG Philanthropy Platform no Brasil

No Brasil, a Plataforma de Filantropia para os ODS foi estabelecida no final de 2016, sob a coordenação de um conselho curador formado por um grupo de fundações e suas empresas parceiras, associações filantrópicas e organizações de apoio, com suporte do escritório nacional do PNUD. O conselho curador da Plataforma Local é composto por Fundação Roberto Marinho, TV Globo, Instituto C&A, Fundação Itaú Social, Itaú, Fundação Banco do Brasil e Instituto Sabin. O grupo também é formado pelas principais associações filantrópicas e organizações de apoio como GIFE, IDIS, Comunitas e WINGS.

Esse grupo fundou a Plataforma brasileira, como parte da iniciativa global, para conectar fundações filantrópicas a dados, conhecimentos e redes. A iniciativa também funciona como facilitadora para a colaboração, alavancando recursos e comunicando o impacto trazido por essas organizações para o desenvolvimento sustentável.

A Plataforma de Filantropia para os ODS no Brasil está engajada com a seguinte agenda:

1. Encontrar pontos de alavancagem sistêmica nos quais as organizações filantrópicas e o investimento social

privado possam ajudar a desfazer os gargalos no desenvolvimento do país.

2. Identificar aceleradores dos ODS para intervenções de impacto.
3. Cocriar caminhos colaborativos para atingir os objetivos
4. Identificar oportunidades para modelos de investimento inovadores
5. Oportunizar o diálogo com o governo para melhorar o impacto social
6. Monitorar e medir o progresso de iniciativas colaborativas
7. Ampliar a escala das soluções de sucesso.

Os membros do conselho curador estão fortemente engajados em internalizar e fornecer relatórios de seus projetos e programas relacionados aos ODS. O Instituto C&A aplica os ODS como parâmetro para medir o impacto de suas iniciativas. O GIFE incluiu essa agenda no planejamento estratégico da organização, utilizando-a como marco em suas ferramentas de dados para monitorar os produtos dos investimentos sociais realizados por seus membros.

Além disso, o grupo está comprometido com a divulgação dos ODS junto à população brasileira, transformando-os em uma agenda nacional. Como resultado, uma campanha nacional sobre os ODS está sendo veiculada pela Fundação Roberto Marinho, da TV Globo, uma importante rede de televisão comercial aberta brasileira, alcançando aproximadamente 100.000 pessoas, e a ONU[12]. Duas das principais redes locais de investimento privado estão divulgando os ODS para seus membros no Fórum IDIS, com facilitação do Instituto Sabin e do Congresso GIFE. Além disso, as iniciativas atualmente desenvolvidas pela Fundação Banco do Brasil com o PNUD, pelo Itaú com a Rede Brasil do Pacto Global da ONU e pela Comunitas na disseminação dos ODS também fortaleceram a capacidade do grupo na Agenda 2030.

Atingir os ODS requer uma colaboração sem precedentes e intervenções inovadoras. Somando-se a essa perspectiva, a SDGPP no Brasil cria um alinhamento estratégico em torno de resultados coletivos, com base em um ecossistema de colaboradores e pensamento sistêmico para impulsionar a inovação e encontrar soluções para os resultados do desenvolvimento.

Figura 1. Conselho Curador da Plataforma de Filantropia e parceiros estratégicos do Brasil

[12] Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0cVw3aXtC50

fotografia por Tiago Zenero

2

Tendências e análise comparativa do investimento social privado

2. Tendências e análise comparativa do investimento social privado

Heather Grady[13]

O Brasil sempre foi um líder, originador e ponto de partida para tendências e movimentos globais, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. É um país crucial não apenas nas Américas, mas também no mundo e, por isso, o mundo olha para o Brasil em busca de lições, impasses e oportunidades. Isso aumenta a importância do que acontece no Brasil com relação aos ODS. O estado permitirá que atores não estatais participem das decisões? As empresas e a filantropia irão julgar importante envolver-se com os ODS? A sociedade civil e os empreendedores sociais brasileiros, catalisadores de movimentos globais, adotarão os ODS para além de seus próprios marcos internos e teorias de mudança? Irão todos esses atores perceber e reconhecer as diferenças entre os ODS em comparação com os objetivos e processos anteriores dos ODM? As perspectivas compartilhadas pelos autores desta publicação, bem como as pesquisas e análises realizadas para lhes dar sustentação, respondem com um "sim" animador às perguntas acima. A filantropia, as empresas e a sociedade civil do Brasil já estão deixando sua marca no modo como os ODS são planejados e implementados. Consequentemente, o país tem uma chance muito maior de atingir a maioria desses objetivos ambiciosos.

Os resultados da pesquisa realizada pelo GIFE junto a seus membros fornecem informações estatísticas atualizadas sobre o setor, e estas são descritas habilmente por José Marcelo Zacchi, diretor executivo do GIFE, no artigo a seguir. Para aqueles que têm menor envolvimento direto ou conhecimento do cenário do investimento social privado no Brasil, a pesquisa fornece abundantes informações. Há algumas confirmações do que se poderia esperar, mas também algumas surpresas, e alguns pontos de dados indicam imperativos a serem seguidos.

O investimento social privado dos membros do GIFE foi significativo em 2016, totalizando cerca de US$ 830 milhões. No entanto, dada a riqueza de muitas empresas e de outros líderes do país, a generosidade não é tão grande quanto necessário ou esperado. Curiosamente, os investimentos por meio de incentivos fiscais apresentaram tendência de queda significativa. Esses dois pontos de dados sugerem a importância de reformar e melhorar os incentivos fiscais para a filantropia no Brasil. O trabalho no país e o intercâmbio entre países sobre o que funciona é algo que o setor de filantropia pode apoiar em 2018.

Outro ponto importante é que os valores fornecidos por organização membro do GIFE são significativos. Quase metade investiu mais de US$ 1,7 milhão em 2016. Isso significa que os recursos por doador garantem uma abordagem muito estratégica e de alto impacto, bem como a capacidade de incluir nesses portfólios tanto subsídios para outros como, se desejado, programação operacional. Neste ponto, os números indicam uma tendência de financiar a si mesmo em vez dos outros – mas, para as fundações, a oportunidade perdida aqui é o alto valor de investir nos outros para fazerem o que fazem de melhor – em outras palavras, apoiar um conjunto de organizações que mergulham profundamente em suas respectivas especialidades, deixando o papel do financiador para construir um portfólio complementar de diferentes organizações e atividades com foco em um objetivo coerente.

[13] Heather é vice-presidente do escritório da RPA em São Francisco e lidera a estratégia e o desenvolvimento de programas da organização em filantropia global, incluindo colaborações, programas globais, pesquisa e publicações.

Relacionado a isso está tratar da constatação surpreendente de que apenas 24% dos membros do GIFE forneceram apoio operacional geral para organizações da sociedade civil. Este é um tópico em discussão muito ativa na comunidade filantrópica dos EUA e, de fato, é uma das áreas de estudo de um relatório que minha organização divulgou recentemente, intitulado Scaling Solutions for Shifting Systems.[14] Essa análise constatou que aqueles que receberam doações e investimentos de impacto tinham maior probabilidade de ampliar seu impacto quando os financiadores se comportavam de maneira diferente – incluindo o fornecimento de mais suporte básico, menos restrições e apoio de longo prazo. Isso foi particularmente relevante para organizações confiáveis que já receberam financiamento, e particularmente importante para os donatários com intenção e interesse de ampliar seu trabalho e engajar-se na mudança dos sistemas complexos e adaptativos em que os problemas se encontram – gerando o impacto mais sustentado pelo qual os financiadores geralmente se esforçam. A pesquisa do GIFE é animadora ao indicar que há muito interesse dos financiadores em fornecer mais e melhor apoio aos beneficiários, de modo que este poderia ser um caminho frutífero para a aprendizagem e a colaboração – e o marco de 15 anos dos ODS fornece um ponto de partida.

Além disso, pensar em como poderia haver economias de escala – por exemplo, organizações filantrópicas que compartilhem suporte administrativo ou de devida diligência ao mesmo tempo em que direcionam mais recursos para as organizações que entendem e direcionam recursos para a solução de problemas – pode ser uma oportunidade para o próximo ano.

Assim, não surpreende que a educação tenha sido a área prioritária para os entrevistados, atingindo 84%. O desenvolvimento da juventude veio em segundo lugar, com 60% das organizações fornecendo financiamento para a área. Esses são setores "completos", que permitem desenvolvimento e crescimento de base ampla. Um conjunto de temas recebeu financiamento de 41% a 51% dos entrevistados: artes e cultura (51%), capacitação para OSC (50%), desenvolvimento comunitário (48%), meio ambiente (47%), emprego (46%), esportes e recreação (45%), direitos humanos (43%) e assistência social (41%). Isso também indica que muitas organizações disseminam seus esforços em vários temas. Portanto, uma questão que merece uma análise mais aprofundada é se há planejamento e colaboração suficientes entre financiadores na mesma área temática, possivelmente com uso do marco e da taxonomia dos ODS (os objetivos e metas) como guia.

Apenas 37% dos financiadores apoiam o trabalho em saúde; para fins de comparação, nos EUA esse número é de 61%. O apoio à assistência social também é muito mais alto nos EUA, com 65% das fundações apoiando essa área. Embora se possa supor que isso ocorra porque no Brasil as pessoas consideram esses setores responsabilidade do governo, isso não explica por que a educação é tão popular. Se o motivo é porque as pessoas consideram a saúde e a assistência social como sistemas liderados pelo governo, nos quais as intervenções seriam desafiadoras, isso nos leva a questionar por que o apoio educacional fornecido por recursos privados é visto de maneira diferente, e se esses recursos são frequentemente desperdiçados porque, em última análise o sistema é que precisa ser modificado para melhor atender aos brasileiros.

Uma característica notável da doação no Brasil é que os esforços são em grande medida direcionados a grupos específicos da população e a indivíduos, mas infelizmente apenas uma pequena proporção tem foco em mulheres e meninas e/ou minorias raciais ou étnicas. Os números de 2016 são 4% para mulheres e meninas e 2% para minorias raciais e étnicas. Isso não ocorre exclusivamente no Brasil – em muitos países, muito pouco é concentrado nos grupos que mais precisam. Porém, no período dos ODS, no qual reduzir as desigualdades e promover a igualdade

[14] Intitulado Scaling Solutions for Shifting Systems. Rockefeller 2017. Disponível em: http://www.rockpa.org/scaling-solutions/

de gênero têm seus próprios objetivos específicos e no qual as metas e os indicadores de desigualdade estão espalhados por outros objetivos, esse nível de atenção deverá ser revisado. Sobre a questão das minorias raciais e étnicas, por exemplo, dada a classe profissional educada do Brasil e o papel que as oportunidades educacionais desempenham para o avanço na sociedade, essa dimensão e a persistência da discriminação deverão ser abordadas como parte do processo dos ODS. O investimento social privado pode desempenhar um papel absolutamente crucial na condução de intervenções para verificar o que funciona e para levar o governo e setores empresariais a incorporar melhores políticas baseadas em raça, etnia e gênero.

Em termos dos ODS, é animador que um número crescente de membros do GIFE esteja ciente e tenha começado a se envolver com os 17 ODS. Assim como nos EUA e em outros países, a filantropia corporativa é o setor de adoção precoce, enquanto outros ficam um pouco para trás. Há chance de recuperar o atraso e adotar os ODS de maneira a dimensionar o próprio impacto e influência. Algumas ideias mais específicas sobre o tema estão incluídas na seção final do relatório.

Por fim, em termos de liderança, dada a predominância das mulheres no setor da filantropia, há poucas mulheres em cargos de diretoria e, embora não haja dados sobre outros tipos de diversidade (por exemplo, racial), pode-se presumir que apenas uma pequena proporção é proveniente de origens raciais diversas. Em função do importante papel decisório dos conselhos de administração, ajustar a composição desses conselhos para que se tornem mais representativos da sociedade em geral é algo que as organizações brasileiras devem considerar.

Panorama do investimento social privado no Brasil

José Marcelo Zacchi[15]
Graziela Santiago[16]

O investimento social privado brasileiro é marcado pela diversidade de tipos de organizações que compõe seu universo, bem como pela diversidade de formas e estratégias de atuação, perfil institucional e porte dessas organizações.

Esse conjunto diverso de organizações tem papel importante na construção democrática e no desenvolvimento sustentável do país. Trata-se de um grupo de atores que tem se fortalecido como agentes de transformação social desde a redemocratização, não só pelo crescimento numérico, mas também por alcançar, cada vez mais, densidade em sua atuação reforçando o caráter sistemático, planejado e monitorado de suas ações.

O investimento social privado (ISP) oferece, assim, importantes contribuições na criação e impulsionamento de soluções públicas para problemas comuns fazendo atendimento direto, desenvolvendo metodologias, provendo articulação e advocacy, dentre outras linhas de atuação.

Os investidores sociais têm também papel importante no fortalecimento das organizações da sociedade civil (OSCs) – ainda que haja espaço para que sua atuação nesse sentido seja fortalecida e ampliada. E isso não só pelo apoio – financeiro e técnico – que podem oferecem diretamente a outras OSCs, mas também no sentido de engajar, disseminar e reforçar a importância das OSCs como agentes fundamentais processo democrático e na construção do desenvolvimento sustentável.

[15] José Marcelo é secretário geral do GIFE. É bacharel em direito pela Universidade de São Paulo e mestre em administração pública pela Universidade de Harvard. É membro do conselho de administração da Associação Casa Fluminense e pesquisador associado do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

[16] Graziela Santiago é coordenadora de conhecimento do GIFE. É formada em relações internacionais pela UnB e especialista em Gestão Socioambiental pela FIA (FEA-USP).

Conhecer e compreender como atuam e se caracterizam os investidores sociais é fundamental para impulsionar esse setor, ampliar seu impacto e possibilitar conexões com outros atores. Entender melhor esse universo também dará pistas para compreender a atuação e conexão do ISP com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como as contribuições possíveis do ISP nessa agenda[17].

Nesse sentido, este artigo buscará dar um breve panorama do investimento social privado no Brasil, descrever suas principais características, bem como apontar algumas tendências.

Uma primeira aproximação necessária para compreender o campo do ISP é perceber os diferentes tipos de organizações existentes. É possível classificar os investidores sociais em cinco tipos, com base, principalmente, na origem de seus recursos e em sua estrutura de governança: institutos e fundações comunitários, independentes, empresariais ou familiares e empresas.

Institutos e fundações comunitários: são organizações sem fins lucrativos que reúnem recursos de uma ou mais organizações ou indivíduos, gerando um fundo usado para investimentos em determinada comunidade. Atuam em uma comunidade ou em uma localidade e são geridas por pessoas que se identificam como pertencentes àquela comunidade.

Institutos e fundações familiares: são organizações sem fins lucrativos criadas e mantidas por uma família e geridas, direta ou indiretamente, por seus membros.

Institutos e fundações empresariais: são organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma empresa ou seus acionistas. São geridas por pessoas ligadas à empresa que as mantém.

Institutos e fundações independentes: são organizações sem fins lucrativos mantidas geralmente por mais de uma organização ou indivíduo. Sua gestão é independente de seus mantenedores.

Há predominância na rede GIFE de institutos e fundações empresariais, que representam 53% da rede GIFE e dos respondentes do Censo, porém outros tipos de investidores vêm crescendo. Destacam-se os institutos e fundações familiares que representavam 7% da rede GIFE em 2007e atualmente representam 17%.

Em relação ao volume de recursos investidos há também grande diversidade. Ainda que 48% das organizações tenha investido até R$ 6 milhões em 2016, 23% investiram de R$ 6 a 20 milhões e 10% mais de R$ 50 milhões. É importante destacar que há organizações grandes e pequenas, em termos de volume de investimento, entre todos os tipos de investidores. Todos eles possuem medianas de investimento próximas, ainda que as empresas tenham medianas menores (R$ 4.144.456,00) e os institutos e fundações independentes ou comunitários maiores (R$ 9.563.242,00). Os institutos e fundações empresariais possuem mediana de investimento de R$ 6.777.084,00 e os familiares de R$ 5.076.497,00.

[17] Os dados apresentados neste artigo se referem ao Censo GIFE 2016, uma das principais pesquisas sobre investimento social privado no Brasil. Conduzida bienalmente pelo GIFE com seus associados, desde 2001, esta oitava edição da pesquisa atingiu 90% de participação e um total de 116 respondentes.

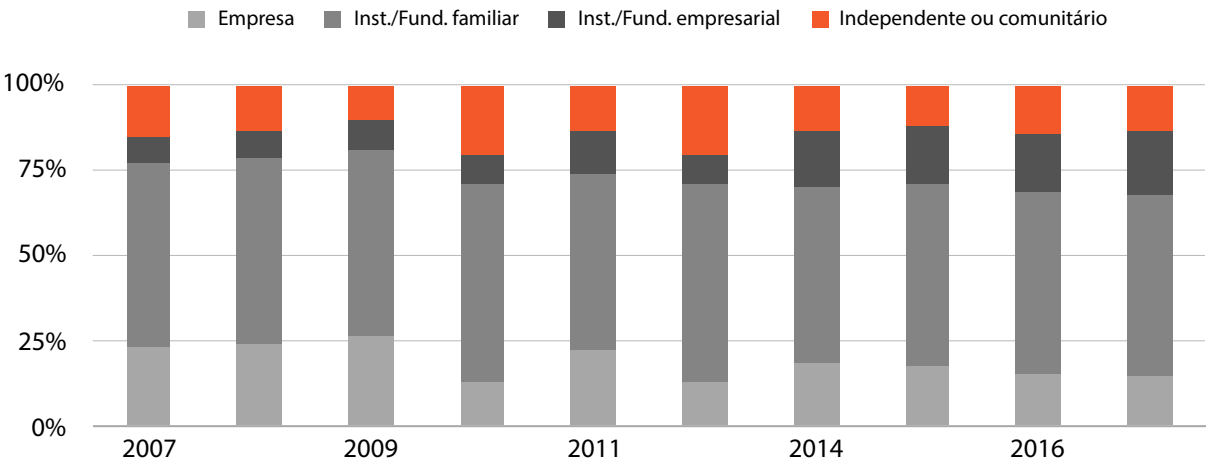
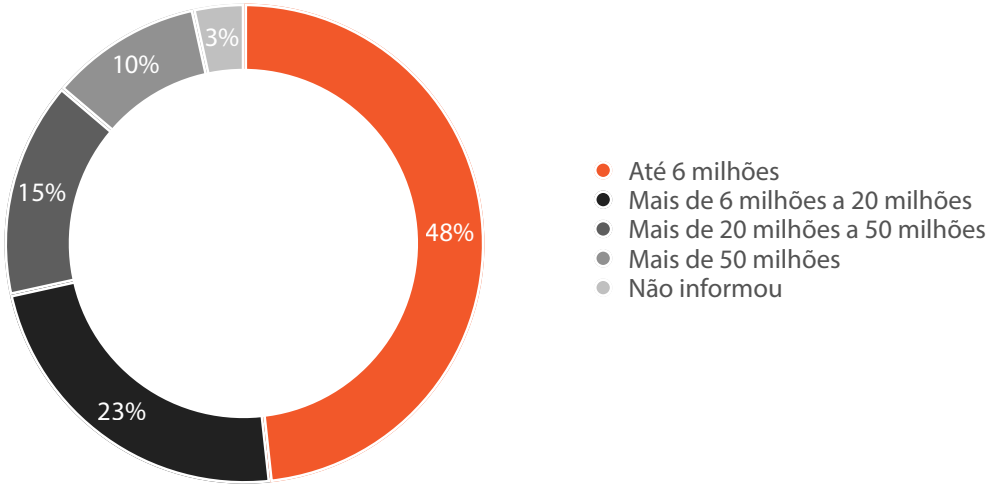


Figura 2. Organizações por tipo de investidor

Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017.

Figura 3. Organizações por faixa de Investimento - 2016.



Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017

O volume total de recursos investidos em 2016 foi de 2,9 bilhões. O que representa uma queda de 19% em relação à 2014, em valores atualizados pelo IPCA a janeiro de 2017. Esse percentual sobe para 26% quando se estabiliza a base respondentes, ou seja, considerando somente as organizações que responderam as duas últimas edições do Censo, o recurso total do investimento social caiu 26% de 2014 para 2016. Uma queda relevante, mas não totalmente surpreendente, tendo em vista o cenário de crise econômica e social que o país vivencia nos últimos anos e que muito possivelmente impactou a mobilização de recursos para o investimento social.

Essa hipótese ganha ainda mais força ao se observar que 46% do volume total de investimento social é proveniente de doação das empresas mantenedoras. A segunda principal fonte de recursos são os fundos patrimoniais que representam 28%, outros rendimentos financeiros aparecem em terceiro lugar com 6%. Vale destacar que organizações com grandes recursos provenientes dessas fontes afetam essas porcentagens, mas não mudam a proporção entre as fontes.

A participação das fontes de recursos no volume total de investimento varia consideravelmente entre os tipos de investidores sociais. Os institutos e fundações familiares e, principalmente, os independentes e comunitários são os que possuem uma maior diversidade de fontes de recursos. Nesses últimos, chama atenção a presença fundos patrimoniais com 28% de participação no volume total de recursos desse tipo de investidor, seguido dos recursos públicos com 28%. Tem destaque também os recursos captados via filantropia internacional que representam 11%.

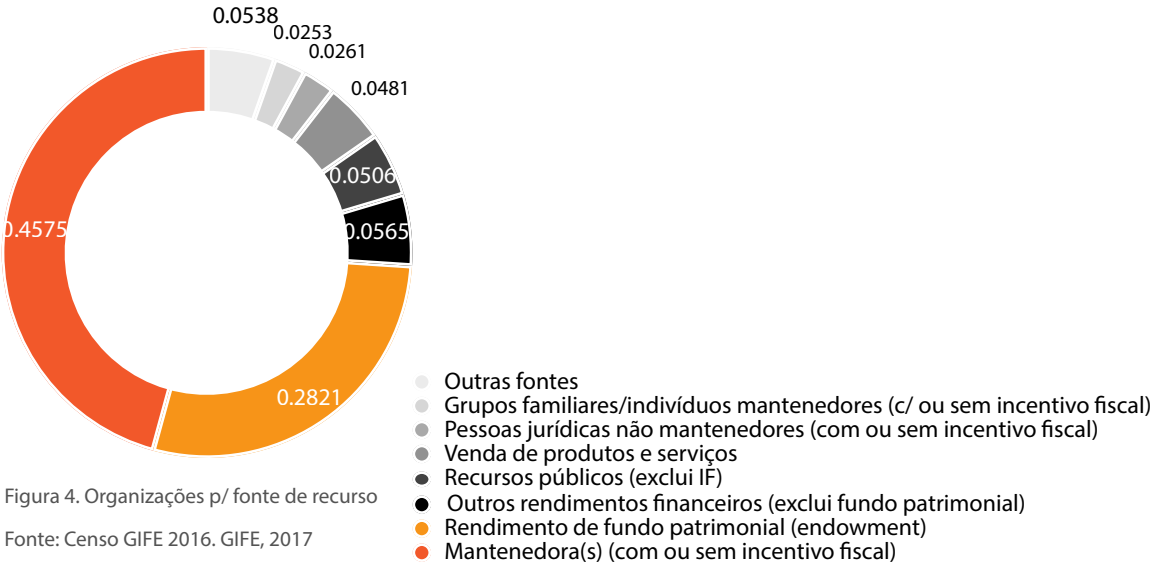


Figura 4. Organizações p/ fonte de recurso

Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017

As organizações podem ser classificadas ainda segundo sua forma de operação, podendo ser predominantemente executoras, predominantemente doadoras ou híbridas (organizações que tanto doam, quanto executam). Essa classificação é feita levando em consideração duas perguntas – distribuição do orçamento e estratégias de atuação.

Ao se observar historicamente a distribuição das organizações segundo essa classificação, percebe-se uma tendência de aumento das organizações predominantemente executoras e redução das híbridas. Nessa edição do Censo, as organizações predominantemente executoras superam as organizações híbridas, representando 43% das organizações ante 41% de híbridas. As predominantemente doadoras têm se mantido relativamente estáveis e representam 16% dos respondentes do Censo 2016.

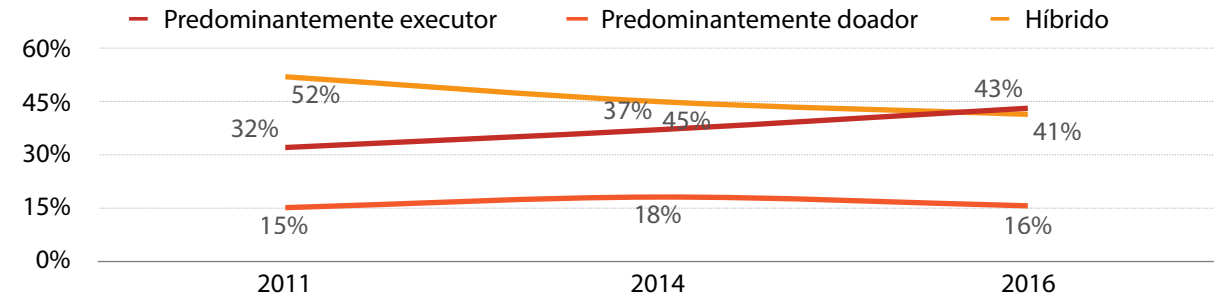


Figura 5. Organizações por forma de atuação

Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017

Em relação à distribuição do orçamento, há também uma tendência de redução de recursos para doação a projetos de terceiros. Mesmo havendo uma grande proporção de organizações híbridas, a maior parte dos recursos é destinada à execução de projetos próprios (60% em 2016).

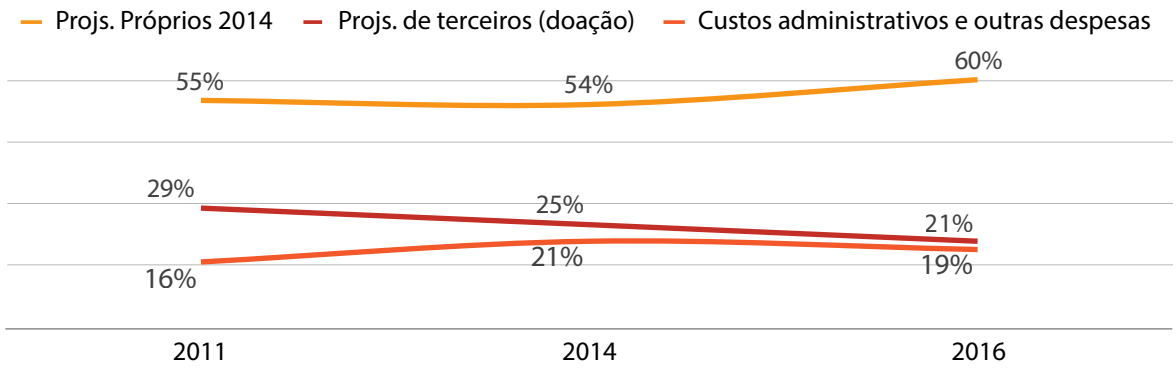


Figura 6. Distribuição das despesas orçamentárias no orçamento total
Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017

Considerando as estratégias de atuação, percebe-se que as organizações adotam uma multiplicidade de opções, como foi possível observar pela grande presença de organizações híbridas. No apoio às organizações da sociedade civil, os investidores sociais parecem estar focados em apoiar projetos a partir de linhas programáticas/editais, tendo caído o apoio institucional – desvinculado a projetos.

Tabela 1. Organizações por estratégias de atuação (2014 – 2016)

	Organizações por estratégias de atuação	2014	2016
Apoio a OSC	Apoia institucionalmente organizações da sociedade civil (apoio financeiro desvinculado de projetos)	**33%**	**24%**
	Apoia com recursos financeiros e/ou técnicos projetos/programas de terceiros, a partir de linhas programáticas pré-estabelecidas	**51%**	**58%**
	Apoia com recursos financeiros e/ou técnicos projetos/programas de terceiros por meio de doação/ patrocínio pontual e eventual	**50%**	**55%**
Execução de projetos próprios	Viabiliza financeira e/ou tecnicamente projetos/programas desenvolvidos pelo próprio associado, mas executados por terceiros	**48%**	**51%**
	Executa diretamente (com equipe própria) projetos/programas, desenvolvidos pelo próprio associado (ainda que com assessoria de terceiros)	**80%**	**72%**

Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017

Ainda que haja uma tendência de queda no apoio institucional e de redução de recursos para OSCs de forma geral, as organizações parecem estar valorizando mais o trabalho desenvolvido pelas OSC e sua importância. Isso pode ser observado pelo maior percentual de investidores sociais que apoiam OSCs porque são organizações que defendem causas ou grupos sociais que outros não estão dispostos a apoiar (10% ante 1% em 2014) e porque acreditam que é parte da finalidade do investimento social contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade das OSCs – causa que passou de 21% em 2014 para 35% em 2016.

Tabela 2. Organizações por motivos para apoiar OSCs – 2014-2016

Organizações por motivos para apoiar OSCs	2014	2016
Os projetos/programas contam com OSCs para operacionaliza-los e implementa-los nos contextos/territórios prioritários	67%	41%
É parte da estratégia apoiar organizações que defendem causas ou grupos sociais que outros não estão dispostos a apoiar	1%	10%
É parte da estratégia apoiar organizações que têm legitimidade para atuar com temas ou grupos sociais de interesse	65%	47%
É parte da finalidade do investimento social contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade das OSCs	21%	35%
É parte da estratégia apoiar organizações que influenciam políticas públicas ou realizam controle social	-	18%
Não apoia	11%	23%

Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017

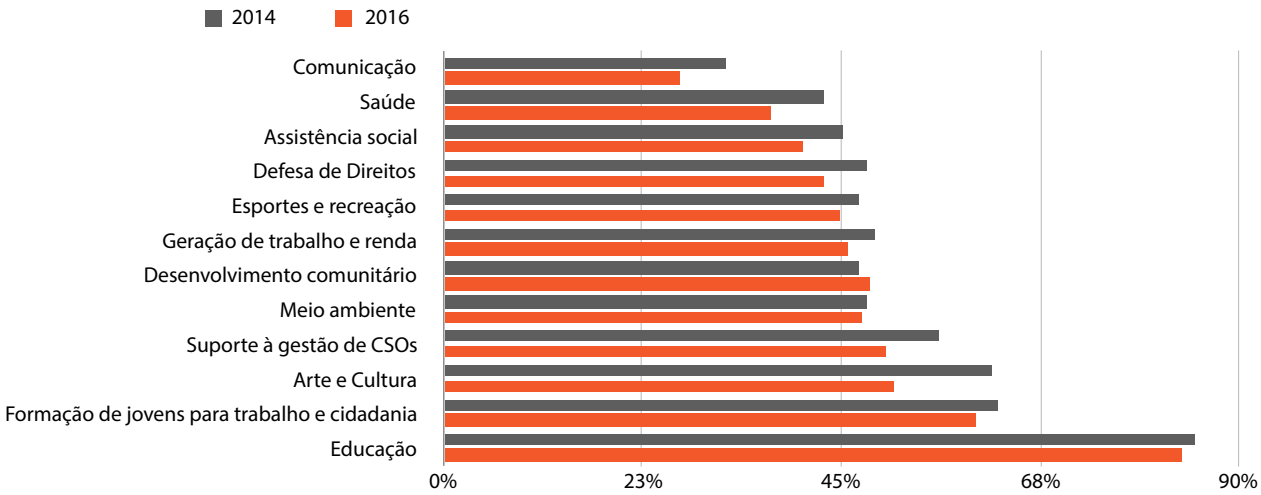
Vários fatores podem contribuir para essa busca pela execução direta. A conexão com a forma de operação do setor privado de muitas dessas organizações – mesmo as familiares, já que muitas delas são originadas de famílias empresariais – traz a ideia de que essas organizações teriam acumulo e expertise para operar diretamente de forma mais eficiente e eficaz. Ao mesmo tempo, e conectado com essa ideia, a operação direta pode trazer mais segurança sobre as metas, indicadores, resultados, ou seja, maior controle de que o projeto será executado como planejando e alcançará os retornos esperados. A doação pode ser percebida, nesse contexto, como mais arriscada. A redução dos orçamentos também pode ter relação com esse cenário nos últimos anos. Ao precisar reduzir recursos e possivelmente focar sua atuação, as organizações podem ter priorizado os projetos próprios em detrimento da doação.

Ainda assim, é importante destacar que não são claras as fronteiras entre apoiadores, executores e há diferentes concepções entre os investidores sociais sobre o que é apoiar OSCs, executar em parceria ou "contratar" organização para operação de seus projetos. Ao mesmo tempo, a não redução das organizações doadoras releva que há espaço e reconhecimento da importância dessa forma de atuação.

A área de atuação é outro importante atributo na caracterização dos investidores sociais. Historicamente educação tem sido a principal área temática, porém nos últimos anos outros temas têm ganhado relevância. Nesse sentido, destacam-se defesa de direitos que cresceu 14 pontos percentuais entre 2009 e 2016 e esporte e recreação que cresceu 13 pps.

Entre 2014 e 2016, os percentuais de todas as áreas de atuação sofreram redução, o que pode ser um indicativo de que as organizações estão mais focadas, podendo também ter ligação com a redução orçamentária e possível diminuição da quantidade de projetos.

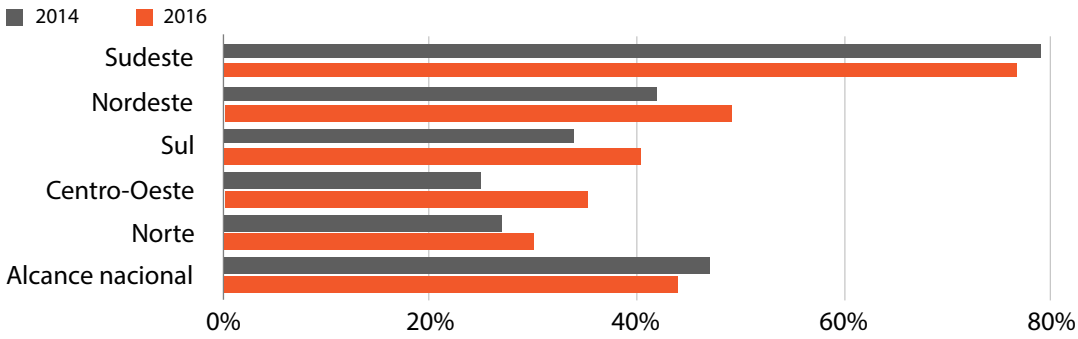
Figura 7. Organizações por área de atuação – 2014-2016



Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017

Por fim, analisando a distribuição geográfica das organizações, é possível perceber uma maior concentração no Sudeste, porém com tendência de maior distribuição entre as regiões brasileiras. Entres os tipos de investidores sociais, os institutos e fundações familiares são os que apresentam a mais alta concentração no Sudeste (86%). Destaca-se ainda o grande percentual de organizações que possuem projetos que não tem um foco territorial definido ou único, atingindo todo o país. Vale destacar que as organizações que possuem um foco territorial definido, parecem ter uma atuação mais localizada, 86 dos 775 projetos mapeados no Censo ocorrem em um único município e 61 em 2 a 5 municípios.

Figura 8. Organizações por região (2014-2016)



Fonte: Censo GIFE 2016. GIFE, 2017

Olhando em conjunto as análises aqui realizadas, salta aos olhos a fluidez das fronteiras, sobreposição de papeis e estratégias e a multiplicidade de formas de atuação presentes no universo do investimento social privado. Compreender esse campo é enxergar as tendências e padrões e, ao mesmo tempo, deixar espaço aberto para se perceber as diferenças existentes.

Ao mesmo tempo, esse panorama revela que há, na linha da diversidade do ISP, diversos caminhos, formatos e desafios que se colocam para os investidores no desenvolvimento de suas ações. Nesse sentido, os ODS são uma oportunidade para o fomento, a qualificação e a estruturação do investimento social privado no Brasil. O ISP, com esses e outros instrumentos, reforça, assim, sua importância e disposição para seguir na trilha de ampliar seu impacto e aprofundar sua contribuição para a construção cidadã e para o desenvolvimento no país.

A filantropia brasileira e o investimento social privado no contexto dos países latino-americanos

Benjamin Bellegy[18]

O Brasil é um país fascinante em muitos aspectos, e seu cenário filantrópico não é exceção. Como uma rede global de organizações que apoiam a filantropia sediada no Brasil, a WINGS acompanha de perto os novos desenvolvimentos no cenário filantrópico nacional do Brasil.

Como recém-chegado, minha visão sobre a área da filantropia brasileira ainda é a de um olhar externo e não especializado. Porém, a visão global da WINGS pode ajudar a colocar em perspectiva algumas características que pude observar desde a minha chegada.

Um ambiente não restritivo, mas de pouco incentivo para a filantropia

Mesmo antes de entender o setor filantrópico brasileiro, um dos primeiros aspectos que me chamaram a atenção foi que a filantropia do país concentra suas ações quase inteiramente no âmbito nacional. Isso está muito relacionado ao marco regulatório: as OSC isentas de impostos não podem aplicar ou doar seus fundos a destinos fora do Brasil, de acordo com o Código Tributário Brasileiro. Esse elemento faz parte de um marco regulatório muito mais amplo que deve ser aprimorado para que a filantropia atinja todo o seu potencial. O Brasil tem sua parcela de desafios que exigem fortes contribuições filantrópicas – é um dos países mais desiguais do mundo e abriga o ecossistema mais importante do mundo para o futuro de nosso planeta, o que torna a questão ainda mais urgente.

Esse marco não é restritivo, mas oferece incentivo mínimo. No nível fiscal, as doações não apenas não se beneficiam de isenções (exceto em alguns casos específicos, ou para projetos selecionados pelo governo), mas também devem pagar um imposto de 4%. As doações filantrópicas não são diferenciadas das doações feitas para fins particulares.

Isso desestimula o ambiente filantrópico e limita o desenvolvimento dos setores de fundação que nele operam. Existem diferentes razões culturais e históricas para essa situação, inclusive o papel central do estado na garantia de serviços sociais e a falta de confiança no setor das OSC (53% de desconfiança de acordo com o Edelman Trust Barometer de 2017, ligeiramente maior do que em relação às empresas, com 52%).

Fotografia por Sambazon

Predominância da filantropia corporativa e outras características regionais comuns

Como no restante da América Latina e na maioria das economias de mercado emergentes do mundo, o setor de filantropia/investimento social privado depende principalmente das instituições corporativas. Os membros da associação nacional de fundações, GIFE, evidenciam isso claramente, pois mais de 70% de seus membros são corporações e fundações corporativas.

Curiosamente, a filantropia familiar parece estar se desenvolvendo. Essa é uma tendência que também vemos em outros países da América Latina.

[18] Diretor executivo da WINGS. Tem vasta experiência em desenvolvimento internacional e conhecimento de campo de vários países e regiões, como Norte da África e África Ocidental, Haiti, Filipinas e Nepal. Benjamin tem mestrado em gestão de organizações sem fins lucrativos pelo Institut d'Etudes Politiques de Grenoble.

Vamos manter essa lente regional por um momento e verificar como o Brasil difere ou reflete as paisagens filantrópicas de seus vizinhos.

Um elemento contextual que pode surpreender outros estrangeiros como eu é o fato de que o Brasil nem sempre parece ser totalmente considerado como parte integrante da América Latina. Com poucas instituições regionais para facilitar um senso de identidade comum, esse "continente dentro de um continente" muitas vezes parece visar mais ativamente parcerias e intercâmbios com os EUA, a Europa ou os BRICS do que com o resto da região. A recente Reunião Regional de Filantropia organizada em Cartagena das Índias, em parceria com a AFE-Colômbia, destacou que há muito mais pontos em comum do que lacunas e diferenças. O apetite pela colaboração regional que a WINGS apoiará continuamente também reflete essas semelhanças.

De acordo com Rodrigo Villar, há cinco características principais na filantropia latino-americana:

- falta de dados que tornam desafiador saber se os desafios certos estão sendo abordados;
- predominância da filantropia corporativa;
- predomínio de fundações operacionais em vez de doações;
- esforço limitado para apoiar a sociedade civil;
- interesse na articulação com o setor público, mas incidência limitada.

Todos esses elementos de fato caracterizam a filantropia brasileira, com exceção, talvez, da disponibilidade de dados que, embora precise ser desenvolvida, é mais avançada do que na maioria dos outros países latino-americanos.

A questão da predominância da filantropia corporativa é importante. Como outras abordagens filantrópicas, ela traz um forte valor agregado: atenção especial a impacto e avaliação que contribui para a rápida profissionalização do setor; potencial de alinhamento de negócios; habilidades, especialidades e ativos em espécie que podem alavancar recursos financeiros, etc. Por outro lado, é potencialmente complicado para as corporações associarem suas marcas a questões que podem ser consideradas ousadas, como direitos humanos, justiça social ou mesmo proteção ambiental. Além disso, de acordo com diferentes pesquisas na região, é mais provável que a filantropia corporativa implemente programas diretamente, em vez de apoiar o trabalho das organizações da sociedade civil, contribuindo para a quarta característica comum destacada na reunião de Cartagena: a necessidade de melhor apoiar a sociedade civil e promover a transparência.

Outras abordagens filantrópicas podem desempenhar um papel complementar e devem ser desenvolvidas para responder às diversas necessidades sociais.

Mais particularmente, como em muitas outras regiões do mundo, as abordagens comunitárias à filantropia ainda são incipientes: fundos para mulheres, filantropia indígena, filantropia negra, etc. No entanto, é um campo dinâmico e aparentemente crescente no Brasil. Uma organização como o Fundo Casa não apenas permite reforçar a sustentabilidade e apropriação do trabalho comunitário no Brasil, mas também financia comunidades em outros 11 países latino-americanos, trazendo uma dimensão regional raramente vista no campo tradicional da filantropia e do investimento social privado do país – como mencionado acima. A Rede de Filantropia para a Justiça Social liga alguns desses fundos e apoia o crescimento desse campo.

Para atender a diferentes necessidades da sociedade, diferentes escalas de tempo e diferentes níveis de mudança, é necessário um campo filantrópico diversificado e bem apoiado, que vai da filantropia corporativa à doação individual por meio da filantropia familiar e comunitária. Esperamos que líderes de pensamento em campo, redes e plataformas possam continuar a promover e encorajar tal diversificação e um esforço maior para apoiar a sociedade civil.

Crescimento na doação individual apoiado por novos atores e iniciativas dinâmicas

Enquanto nos Estados Unidos a doação representa 2% do PIB (produto interno bruto) do país, no Brasil, ela representa apenas 0,23% do PIB nacional[19]. No entanto, ela parece estar aumentando, ecoando uma das principais tendências que identificamos em nível global no Relatório WINGS sobre o Panorama Global da Filantropia, a ser publicado no início de 2018: desenvolvimentos tecnológicos (plataformas de crowdfunding, doação por SMS, etc.) e a crescente classe média nos mercados emergentes estão impulsionando essa tendência em todo o mundo.

No Brasil, esforços recentes foram promovidos por diferentes organizações de apoio à filantropia para incentivar e acelerar esse crescimento. Fiquei impressionado com uma inovação de financiamento muito interessante envolvendo um grupo diversificado de doadores brasileiros e organizações de apoio: o Fundo Bis, que é o primeiro fundo no Brasil – e possivelmente no mundo – a financiar projetos que fomentam uma cultura de doação no país (para saber mais, leia nosso artigo[20]). Outras iniciativas, como o Dia de Doar, a versão brasileira da campanha global Giving Tuesday, liderada pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos – ABCR, contribuem para o fortalecimento dessa evolução.

Os dois principais protagonistas na história do desenvolvimento da filantropia no Brasil, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE - e o IDIS – membro da Aliança Global da Charities Aid Foundations – estão sendo acompanhados por novos atores e iniciativas que visam ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo de recursos individuais privados para o bem social.

Alguns filantropos brasileiros da próxima geração e líderes de campo têm uma visão estratégica que abrange não apenas uma questão social específica, mas também a questão de como desenvolver a filantropia para alavancar o impacto e sustentar o trabalho. Citarei dois exemplos.

Do lado tecnológico, a WeLight[21] é uma empresa social lançada recentemente para conectar doadores individuais a OSC verificadas. Funciona como um aplicativo que permite às pessoas alocar uma porcentagem de despesas on-line para as OSC de sua escolha.

Outro exemplo é a iniciativa do Instituto Betty e Jacob Lafer[22], que lançou uma rede de financiadores de direitos humanos e justiça social com o objetivo de incentivar a classe média alta a doar para essas causas, que sofrem de subfinanciamento estrutural. Aproveitando os mais recentes desenvolvimentos em psicologia comportamental, neurologia e comunicações, a iniciativa visa a aumentar os recursos disponíveis para o apoio a essas questões fundamentais.

Fotografia por Kenia Ribeiro

Uma infraestrutura relativamente bem desenvolvida

Os exemplos acima mostram que, apesar do contexto econômico e político, e embora o setor filantrópico ainda seja relativamente incipiente, o cenário da filantropia brasileira é muito dinâmico e

[19] Fonte: Doação Brasil (2015) e Eficácia dos Investimentos Sociais da McKinsey (2008)

[20] *Artigo do blog da WINGS Philanthropy in Focus: Brazilian philanthropy innovates to foster a culture of giving – Get to know Fundo BIS!, setembro de 2017 (https://philanthropyinfocus.org/2017/09/28/5415/)*

[21] Iniciativa lançada por Derek Brett Gallo, um jovem filantropo

[22] A iniciativa é liderada por Inês Mindlin Lafer

podemos esperar desenvolvimentos interessantes no médio e no longo prazo.

Independentemente de considerarmos doações individuais ou filantropia institucional, as organizações de apoio estão desempenhando um papel fundamental nas atividades de advocacy, assessoria e conscientização que criam as condições para que a filantropia prospere e melhor atenda às necessidades da sociedade.

Nesse sentido, a paisagem brasileira mostra uma infraestrutura relativamente bem desenvolvida de redes, associações e organizações de apoio, algumas delas mencionadas acima. Os exemplos citados mostram que este é um campo dinâmico e diversificado. O Brasil é também um dos únicos quatro países da América Latina e do Caribe que possuem uma associação nacional formal de fundações que representam, servem, lideram e promovem o campo desde 1995.

No que se refere aos dados, há uma quantidade cada vez mais importante de recursos disponíveis. Em 2016, o IDIS lançou a primeira pesquisa nacional aprofundada sobre doação individual, e o censo do GIFE fornece regularmente informações detalhadas sobre as práticas filantrópicas no país. Algumas universidades e centros acadêmicos, como a Fundação Getúlio Vargas, desenvolvem pesquisas sobre o campo filantrópico e contribuem para a construção de seu entendimento. No entanto, é um setor em que novos desenvolvimentos são necessários. Até o momento, não existe nenhuma instituição acadêmica que abrigue um centro ou programa com foco principal em filantropia, que fale sobre a possível necessidade de criar currículos acadêmicos para treinar as próximas gerações de profissionais e líderes em filantropia.

Conclusão

Apesar de um contexto econômico e político desafiador e de lacunas na diversificação e efetividade do fortalecimento da sociedade civil, o campo da filantropia brasileira é dinâmico e tem os recursos necessários para se fortalecer. O desenvolvimento futuro depende muito do trabalho das organizações de apoio, em seu trabalho de advocacy para melhorar o marco regulatório. Iniciativas recentes apoiadas por doações do IDIS ou do GIFE para tratar de questões tributárias e de outras questões regulatórias apoiadas pela União Europeia devem ser acompanhadas com especial atenção.

Será fundamental que cada vez mais fundações e filantropos brasileiros compreendam a importância estratégica de construir seu campo coletivamente e investir nele. Esforços e investimentos de líderes na área, como o Instituto Arapyau e o Instituto C&A, devem ser acompanhados e desenvolvidos. A WINGS está empenhada em promover o diálogo entre financiadores e espera o envolvimento das fundações brasileiras.

O fato de o ODS 17 sobre Parcerias ter sido escolhido pelos participantes da Plataforma de Filantropia para os ODS, bem como o interesse despertado pela plataforma, demonstra a existência de uma consciência compartilhada sobre a importância da colaboração.

É claro que este artigo não poderia terminar sem referência ao impacto da atual crise econômica, social e política no cenário filantrópico. É óbvio que ela afetou o campo, seja pelo envolvimento de algumas empresas e famílias importantes em escândalos de corrupção, seja, de modo geral, pela desconfiança e divisão que esta crise multifacetada semeia na sociedade brasileira. Entretanto, também é impressionante a resiliência da sociedade civil em ação. A energia e o dinamismo visíveis tanto na filantropia quanto no lado das OSC geram confiança e esperança de que o terceiro setor venha a ser essencial para lançar as bases de um futuro que os brasileiros estão dispostos a reformular.

fotografia por Tiago Zenero

3

A Agenda 2030 e os ODS como oportunidade

3. A Agenda 2030 e os ODS como oportunidade

Há uma silenciosa mudança de paradigma em andamento em muitos países ao redor do mundo com relação ao responsável por criar as sociedades que queremos e precisamos no futuro. A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram definidos e acordados por todos os governos em setembro de 2015 e lançados em 2016. Mesmo antes disso, porém, as instituições da sociedade civil, em especial, pressionavam governos e a ONU a serem mais inclusivos no processo.

Uma vez que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estavam bastante firmemente estabelecidos na alçada dos governos e do sistema da ONU, todos os setores da sociedade em países de todo o mundo se apropriam dos objetivos. Os atores estatais ainda são os responsáveis, e assim devem permanecer até 2030 – mas todos os outros setores agora têm participação reconhecida no processo. Dada a ambição e a amplitude dos objetivos, este é um ingrediente essencial para o sucesso. Somada às organizações sem fins lucrativos, às empresas e à academia, temos agora a contribuição dos setores de filantropia e financiamento social para investir fundos e conhecimentos para o progresso. O marco de objetivos e metas dos ODS é cada vez mais visto como uma matriz lógica e acessível, e um subconjunto deles ressoa nas prioridades das instituições individuais.

O Brasil, mesmo em tempos de crise social, política e econômica, encontrou nos objetivos um caminho significativo para criar uma sociedade mais inclusiva, justa e próspera para todos.

Alinhamento do investimento social privado com os ODS no Brasil

Luciana Aguiar[23]
Karolina Mzyk Callias[24]

A nova agenda de desenvolvimento global, que visa a promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, exige arranjos inovadores em parcerias e novos mecanismos de financiamento para resolver problemas complexos em diversas áreas, como educação, saúde, igualdade de gênero, desemprego juvenil, eliminação da pobreza, redução da desigualdade e conservação da biodiversidade. As organizações filantrópicas têm um papel vital a desempenhar em cada um dos 17 ODS.

As fundações, em sua maior parte, trabalham independentemente da comunidade internacional para implementar seus programas e projetos. Poucas se envolveram em processos intergovernamentais, mesmo com a contribuição de 31 bilhões de dólares de instituições filantrópicas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015.

No Brasil, os investidores sociais privados canalizaram aproximadamente 3,9 bilhões de reais para a resolução de problemas sociais e ambientais, de acordo com dados coletados em 2014 por levantamentos do GIFE e do BISC. Apesar do papel desempenhado pelo investimento social privado, a falta de dados para mensurá-lo dificulta o

[23] Gerente de Parcerias e Desenvolvimento para o Setor Privado do PNUD Brasil. Coordena a implementação da Plataforma de Filantropia brasileira.

[24] Conselheira em Filantropia do PNUD. Coordena a implementação da Plataforma de Filantropia para os ODS em todo o mundo.

reconhecimento do impacto sistêmico promovido por institutos e fundações.

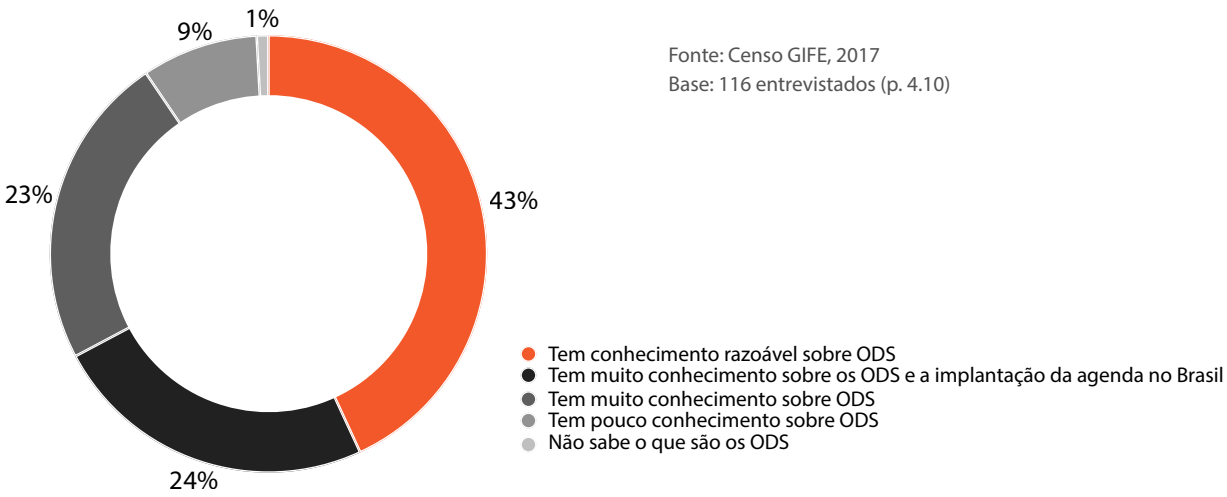
Nesse sentido, a Agenda 2030 – ao apresentar uma visão comum para o futuro refletida em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável associados a indicadores a serem monitorados – oferece uma excelente oportunidade para que fundações e institutos possam apresentar soluções inovadoras, comunicar impacto e colaborar com a nova agenda de desenvolvimento global.

Para tanto, o conselho curador da Plataforma de Filantropia para os ODS no Brasil, em parceria com o GIFE, coletou dados de 116 organizações sobre o conhecimento, a percepção e as formas de ação das organizações brasileiras de investimento social privado sobre os ODS. O resultado desse estudo, produzido com dados gerados pelo Censo GIFE de 2016, apresenta os desafios para ampliar seu escopo de atuação e oportunidades existentes para o apoio à implementação do desenvolvimento sustentável no país.

O conhecimento sobre os ODS é surpreendentemente alto entre os investidores sociais privados, uma vez que 90% declaram ter muito ou razoável conhecimento sobre os ODS e a implementação dessa agenda no Brasil.

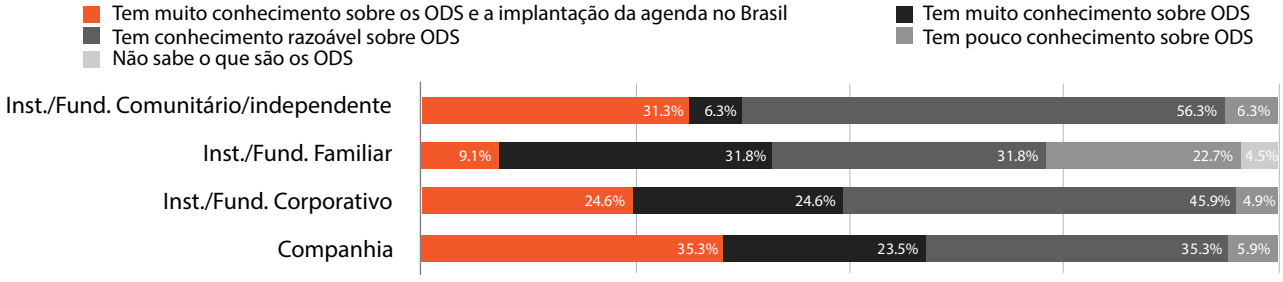
No entanto, há um desequilíbrio no conhecimento entre diferentes tipos de investidores sociais. Institutos e fundações empresariais sabem mais sobre os ODS e a implementação dessa agenda no Brasil, enquanto institutos e fundações familiares estão menos familiarizados com os ODS.

Além disso, quanto maior o valor do investimento, menor o conhecimento sobre os ODS. Os investidores que conhecem os ODS concentram-se principalmente na faixa de investimento até 6 milhões de reais, seguidos pelos que investem entre 6 e 20 milhões. Os investidores que contribuem com valores acima de 50 milhões de reais têm menor conhecimento sobre a agenda.



Fonte: Censo GIFE, 2017
Base: 116 entrevistados (p. 4.10)

Figura 10. Conhecimento sobre os ODS por tipo de organização



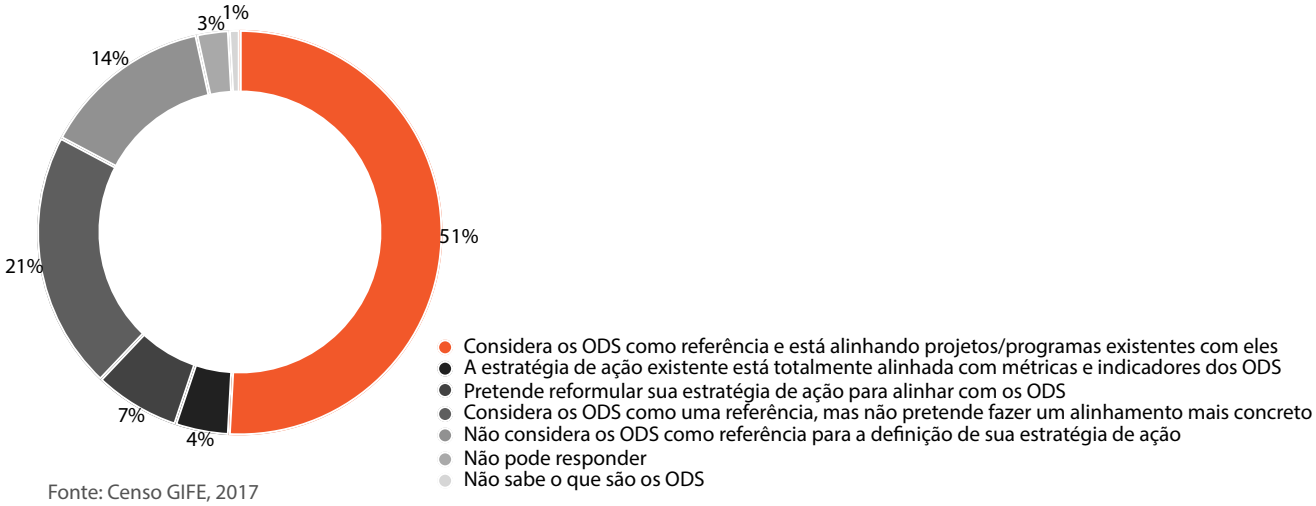
Fonte: Censo GIFE, 2017
Base: 116 entrevistados (p. 4.10)

Os ODS fornecem uma taxonomia de referência para alinhar as atividades existentes, em vez de um roteiro para identificar as lacunas do desenvolvimento estratégico

Os investidores sociais estão abertos a considerar os ODS como referência para atividades anteriores e em andamento no âmbito dos ODS. Metade dos investidores sociais considera os ODS como referência para seus programas e projetos. No entanto, há uma série de diferentes graus de internalização desses objetivos em seus modelos de ação.

Apesar desse cenário muito positivo no que diz respeito à disposição dos investidores sociais para aplicar a ODS como referência, um grupo significativo não pretende necessariamente alinhar suas estratégias mais concretamente com eles (20%). Entre esses entrevistados, há uma maior proporção de institutos e fundações familiares (31%) e independentes ou comunitários (25%) que não planejam converter esse marco em ações. Para esse grupo, há possibilidade de os ODS fornecerem apenas uma taxonomia para classificar projetos e programas em andamento.

Figura 11. ODS como referência para definição de estratégia de ação



Fonte: Censo GIFE, 2017
Base: 116 entrevistados (p. 4.10)

Um número significativamente menor de investidores (7%) planeja reformular suas estratégias para maior adesão aos ODS. Nesse grupo, há uma proporção maior de corporações, empresas (17%) e institutos e fundações empresariais (6,6%). Esses investidores tendem a ser mais propensos ao engajamento com os ODS como uma teoria de mudança, ampliando o espectro de desafios e oportunidades já mapeados por suas organizações para a solução de problemas sistêmicos.

A aplicação das métricas e indicadores dos ODS para monitorar e medir o impacto social é uma nova frente para 96% dos investidores sociais e um passo importante para somar os resultados gerados por seus programas às tendências globais de desenvolvimento.

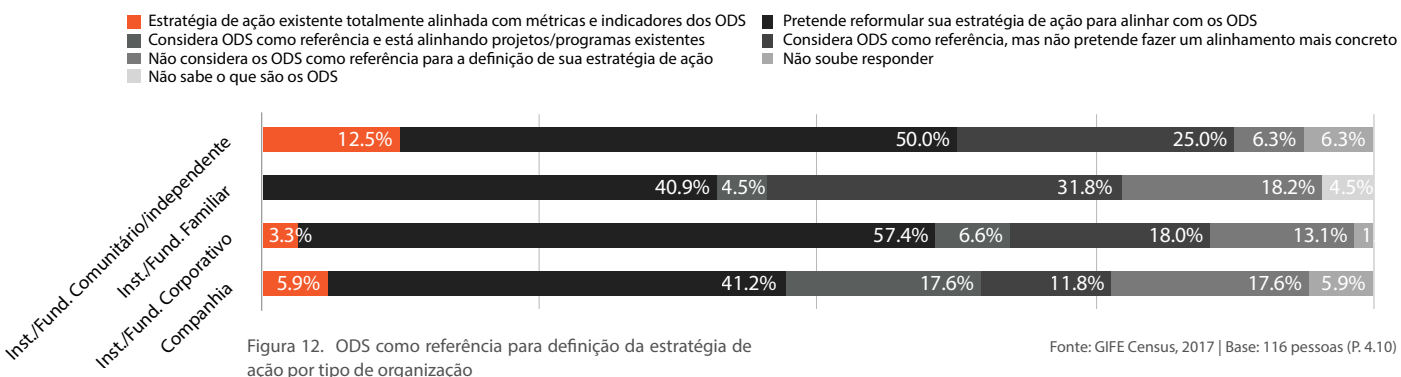


Figura 12. ODS como referência para definição da estratégia de ação por tipo de organização

Fonte: GIFE Census, 2017 | Base: 116 pessoas (P. 4.10)

Há sincronia no foco programático dos investidores sociais em gargalos de desenvolvimento social e econômico. No entanto, ainda existe uma lacuna a ser superada no que diz respeito ao meio ambiente

O Brasil ocupa a 79ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação, entre 188 países e territórios.[25] A educação é a área temática que tem maior participação de investidores sociais privados no Brasil, particularmente por seu alto potencial de desenvolvimento humano e redução de desigualdades.[26]

Apesar do significativo investimento feito em educação no Brasil, a área ainda apresenta desafios significativos, especialmente em relação à qualidade da educação pública. Não surpreende que o foco na educação de qualidade representada pelo ODS 4 se destaque em 69% dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

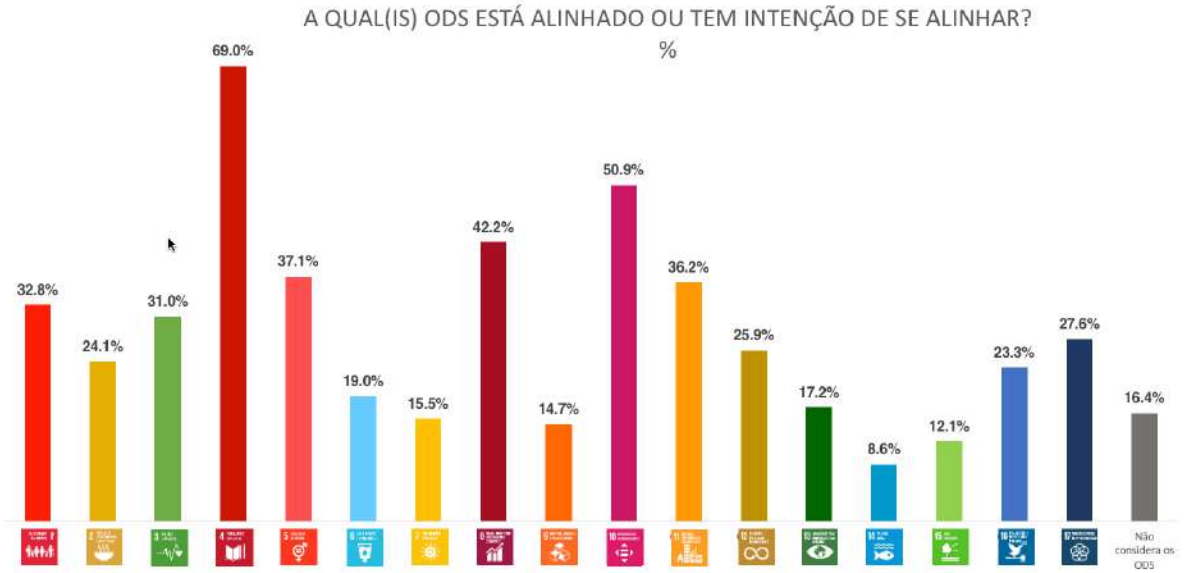


Figura 13. ODS abordados por investidores sociais e instituições filantrópicas

Fonte: Censo GIFE, 2017
Base: 116: 5,9

O segundo tema mais relevante, apontado por 51%, é o ODS 10, voltado à redução das desigualdades, um desafio crucial que se destaca em várias dimensões da sociedade brasileira, que vão desde renda, raça, gênero, até diferenças territoriais e regionais. Depois, vem o ODS 8, relacionado ao trabalho decente e ao desenvolvimento econômico, um tópico que se alinha diretamente aos modelos de ação de institutos e fundações corporativas.

Em média, os institutos e fundações mencionaram aproximadamente seis ODS relacionados às suas áreas temáticas que podem ser sintetizados, em ordem de prioridade, da seguinte maneira:

[25] PNUD, 2016. Relatório de Desenvolvimento Humano Regional de Progresso Multidimensional.

[26] Censo GIFE, 2014. Ana Lúcia d'Império Lima. "Aposta de investimento social privado na educação."

Figura 14. ODS prioritários abordados por investidores sociais e instituições filantrópicas

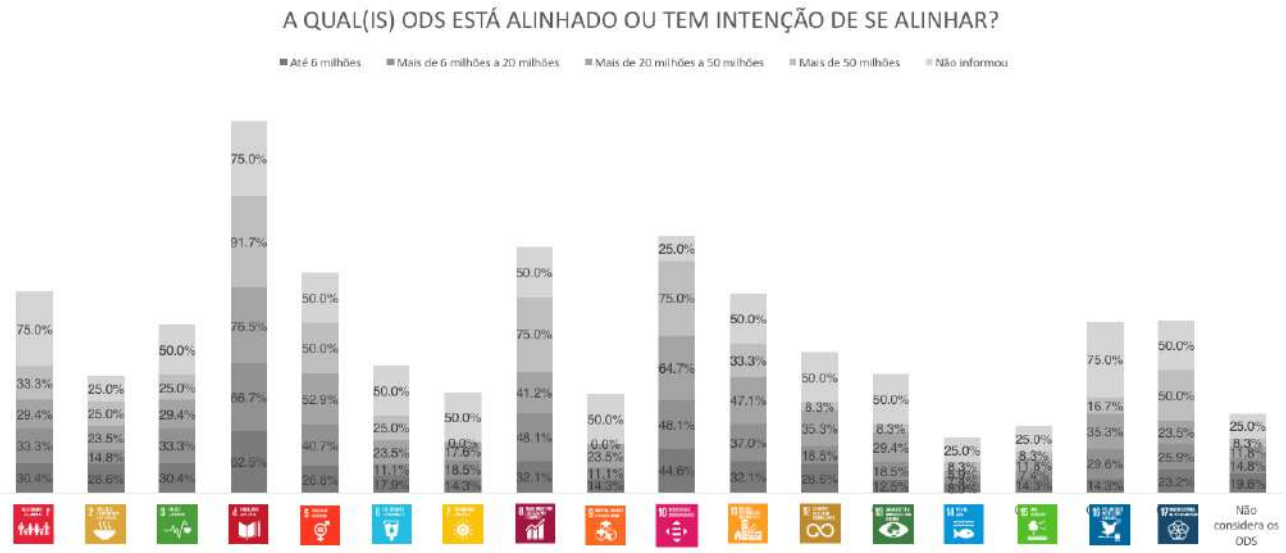
Fonte: Censo GIFE, 2017
Base:: 116: 5,9

Os tópicos menos abordados pelo investimento social privado no Brasil são infraestrutura e inovação (ODS 9), apesar de seus impactos nas cidades, e questões de crescimento econômico e energias renováveis (ODS 7).

Também houve muito pouca menção a dois ODS na área ambiental: um refere-se à vida terrestre (ODS 15) e outro refere-se à vida na água (ODS 14). Considerando a biodiversidade brasileira, a extensão dos sistemas costeiros e fluviais do país, as populações tradicionais que dependem desses ecossistemas e os impactos diretos e indiretos desses sistemas sobre as mudanças climáticas, tal falta de atenção parece contraditória.

Programas e projetos em educação (ODS 4), redução de desigualdades (ODS 10) e trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) recebem o maior volume de investimentos, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Figura 15. ODS abordados por investidores sociais e instituições filantrópicas por nível de investimento



Fonte: Censo GIFE 2017
Base: 116: 5,9

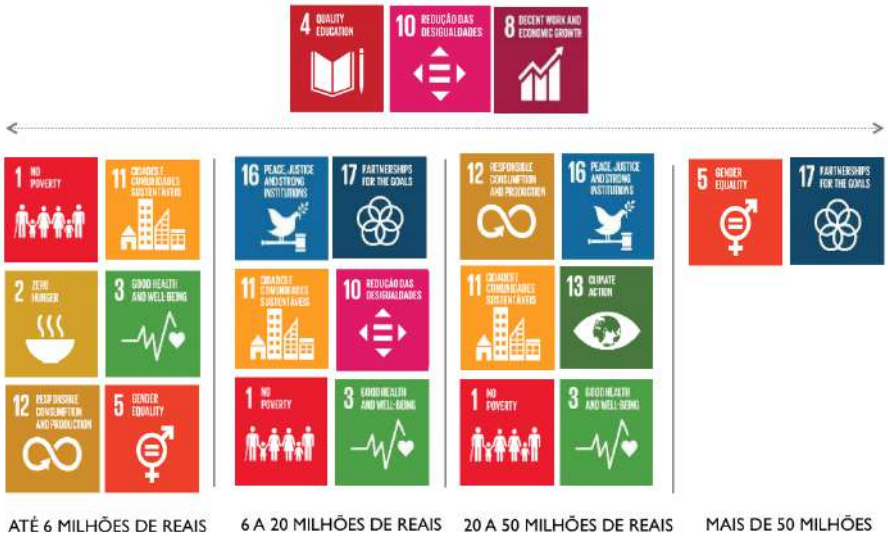
Os investimentos acima de 50 milhões de reais são direcionados a essas áreas temáticas, seguidas da igualdade de gênero (ODS 5) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Investimentos de 20 a 50 milhões de reais são maiores em cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), consumo e produção sustentáveis (ODS 12), seguidos de paz, justiça e (ODS 16), mudanças climáticas (ODS 13), saúde e bem-estar (ODS 3) e redução da pobreza (ODS 1).

Os investimentos até 6 milhões de reais estão concentrados nas importantes áreas de desenvolvimento humano representadas pelos ODS 1, 2, 3, 11, 12 e 17.

Figura 16. ODS por valor do investimento

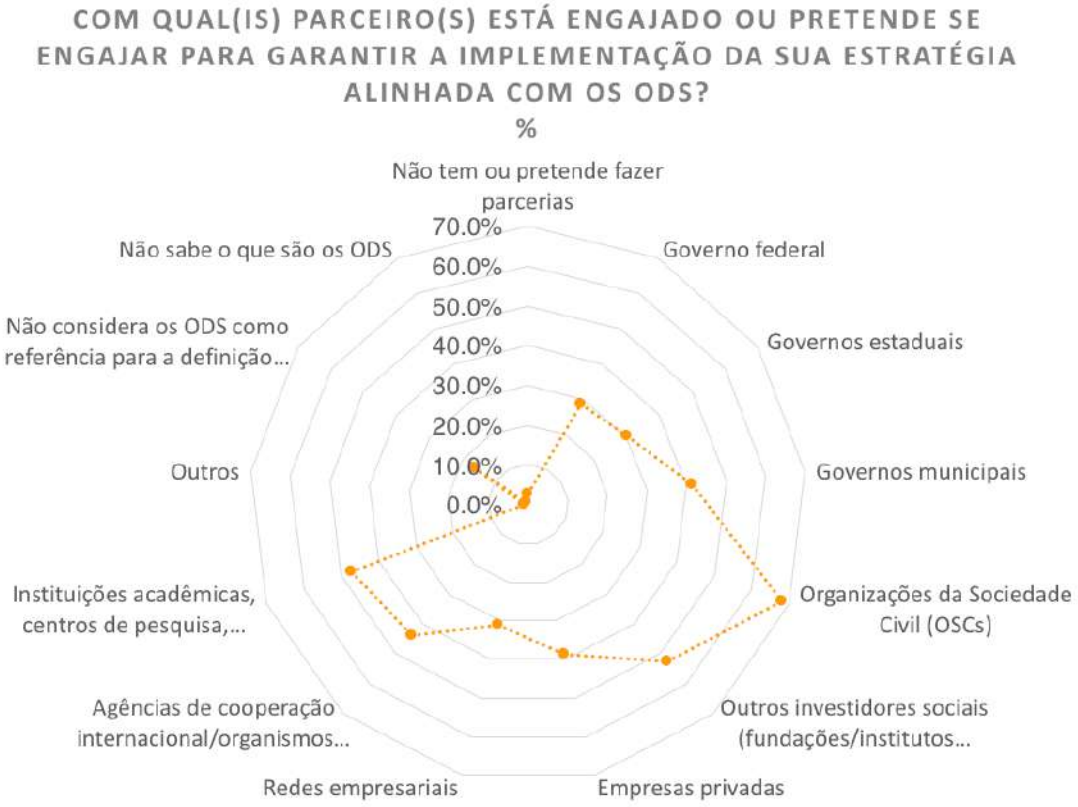
Fonte: Censo GIFE 2017
Base: 116: 5,9



A colaboração com organizações sociais se destaca entre as parcerias para a implementação dos ODS. Organizações da Sociedade Civil (OSC) têm desempenhado um papel vital na disseminação e territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil. Sem dúvida, a experiência adquirida por essas organizações será fundamental para alcançar os ODS.

A sociedade civil, outros investidores sociais privados, a academia e a cooperação internacional destacam-se entre os atores com os quais fundações e institutos pretendem estabelecer parcerias para implementar os ODS

Figura 17. Parceiro(s) envolvido(s) com a implementação dos ODS



Parcerias com outros investidores sociais também são relevantes. Ao coordenar esforços e desenvolver planos de longo prazo, as fundações tendem a ganhar mais força e relevância como condutoras da transformação social. Em consonância com essa proposta, a Agenda 2030 desafia o setor filantrópico a direcionar seus investimentos para tornar realidade a agenda do desenvolvimento sustentável. Os investidores sociais são parceiros naturais nessa agenda, pois os programas de filantropia estão amplamente alinhados com as demandas sociais e ambientais nos territórios em que operam.

Nesse sentido, entender como os investidores sociais se engajam em parcerias de investimento conjunto é crucial, pois apenas 12% deles declaram não estar envolvidos em atividades de coinvestimento. A maioria das ações de coinvestimento acontece por meio do fornecimento de recursos não financeiros – recursos humanos, advocacy, transferência de metodologias, entre outros – o que indica um envolvimento significativo baseado no intercâmbio de pessoas e conhecimentos. No entanto, apenas 19% contribuem com recursos financeiros[27] o que reforça o modelo operacional de implementação dos investidores sociais brasileiros e representa um desafio para o escalonamento das soluções.[28]

Parcerias com a academia no âmbito do treinamento e da pesquisa são essenciais para aprofundar o conhecimento sobre as principais áreas temáticas que podem acelerar e catalisar o

[27] Fonte: Censo GIFE, 2017.

[28] Rockefeller 2017. *Scaling Solutions Towards Shifting Systems*.

impacto sobre os ODS. Essa abordagem torna-se ainda mais frutífera no contexto da Agenda 2030, buscando especialmente novas soluções para os desafios impostos por questões de desenvolvimento prementes.

As agências de cooperação internacional também são vistas como parceiras relevantes para os investidores sociais. Essa é uma tendência global, visto que o fluxo de capital filantrópico para os países em desenvolvimento cresceu substancialmente nos últimos 10 anos, chegando a US$ 32 bilhões em 2014.[29] Nesse sentido, a tendência reflete um interesse mútuo. O fortalecimento da colaboração com fundações apresenta uma oportunidade para a cooperação internacional a fim de ampliar a abrangência dos resultados e o impacto do desenvolvimento sustentável. Além disso, institutos e fundações são parceiros ideais para gerar tecnologias sociais inovadoras, conhecimentos complementares e percepções sobre os contextos locais.[30]

Observa-se que as parcerias com governos para a implementação dos ODS não são consideradas prioritárias, pois figuram apenas em quinto lugar. A preferência é pela colaboração com governos subnacionais, especialmente governos municipais, para 41% dos entrevistados. As alianças com estados e com o governo federal aparecem em menor proporção, representando, respectivamente, 30% e 28% das preferências.

Em termos de prioridade, as empresas parecem ser parceiras mais relevantes para 39% dos entrevistados, aparecendo na linha de frente das parcerias com os governos estadual e federal.

Esse dado contrasta significativamente com a constatação do levantamento do GIFE de que 80% dos investidores sociais adotam critérios de aproximação e alinhamento com as políticas públicas. Para a metade dos investidores sociais privados, o alinhamento de estratégias com políticas públicas oferece uma oportunidade de aumentar o sucesso e a escala de programas e projetos apoiados por fundações e institutos.[31]

O baixo nível de conhecimento mútuo entre instituições governamentais e filantrópicas resulta na perda de oportunidades de tirar proveito de recursos mútuos. Uma mudança nesse padrão está acontecendo em vários países, à medida que as fundações e os governos demonstram crescente interesse em convergir suas ações paralelas para construir agendas comuns. Muitos fatores ajudam a explicar essa tendência, inclusive a expansão do setor filantrópico mundial, a pressão sobre os orçamentos governamentais e a crescente compreensão da necessidade de colaboração intersetorial para a implementação da Agenda 2030.[32]

No Brasil, o governo nacional está se aproximando do setor para a implementação da Agenda 2030 através da Comissão Nacional dos ODS, composta pelo governo e pela sociedade civil. No entanto, ainda há espaço para promover um ambiente institucional favorável ao setor filantrópico a fim de garantir maior sustentabilidade das agendas de desenvolvimento e apoiar o avanço desse campo.

No contexto da Agenda 2030, é fundamental criar oportunidades de fortalecer o papel das fundações e do investimento social privado para atuar em parcerias intersetoriais em apoio a instituições responsáveis e inclusivas, governança do desenvolvimento sustentável, ampliação da equidade de gênero, minimização dos impactos negativos sobre a vida das pessoas e criação de uma sociedade mais resiliente.

---

[29] OCDE, 2016. *Bringing Foundations and Governments Closer: a cross-country analysis.*

[30] PNUD, julho de 2015. Stronger partnerships with foundations to take sustainable development further de Marcos Neto and Karolina Mzyk, PNUD. Disponível em: http://www.undp.org/content/undp/en/home/blog/2015/7/27/Stronger-partnerships-with-foundations-to-takesustainable-development-further.html

[31] Censo GIFE, 2016.

[32] OCDE, 2016. *Bringing Foundations and Governments closer: a cross-country analysis.*

Catalisando inovações – uma história sobre a colaboração das fundações brasileiras para os ODS

Os ODS são muito diferentes dos ODM. Além de objetivar o bem-estar, eles também se concentram em gerar prosperidade para todos. Por isso, é importante que as metas de saúde e educação sejam abordadas juntamente com as metas de criação de empregos e combate às desigualdades. A implementação de caminhos de desenvolvimento sustentável nas sociedades não pode ser alcançada com os atuais modelos de governança, que são conduzidos por agenda e divisões setoriais. Em vez disso, precisamos da "abordagem da sociedade como um todo", na qual todos nós – dos setores público e privado – participamos e assumimos liderança na implementação. Desafios complexos e inter-relacionados, como alcançar uma educação de qualidade ou reduzir as desigualdades, exigem estratégias que transformem sistemas inteiros.

Projetamos e testamos uma nova metodologia que aplica o pensamento sistêmico para entender as causas originárias dos problemas, na qual as partes interessadas identificam impulsionadores e projetam conjuntamente caminhos colaborativos. Desenvolvemos o modelo em colaboração com os Change Labs (Laboratórios de Transformação) da Universidade de Stanford e com a Continuum Advantage e aprimoramos o processo de testes no Quênia, na Zâmbia e em Gana.

Este capítulo mostra a jornada dos caminhos colaborativos das fundações brasileiras e, com sua liderança, adaptamos o método ainda mais para atender às necessidades e oportunidades locais, refletindo as culturas operacionais das fundações brasileiras. Durante o processo, trabalhamos com a REOS Brasil, que tem muita experiência em pensamento sistêmico e design.

1. Mapeamento do "ecossistema dos ODS" e quem está fazendo o que

A filantropia brasileira é diversificada e está envolvida em muitas redes e grupos afiliados. Muitas dessas redes estão adotando os ODS como marco comum em um movimento para identificar novas oportunidades e alavancar o impacto.

Um grupo de fundações e institutos brasileiros assumiu a liderança na condução da implementação dos ODS no país, como parte da Plataforma de Filantropia para os ODS (SDGPP). A principal motivação é melhor entender onde a filantropia pode ter uma contribuição de impacto e como o grupo, por meio da colaboração com o governo, as empresas e a sociedade civil, pode experimentar as novas abordagens e demonstrar o progresso.

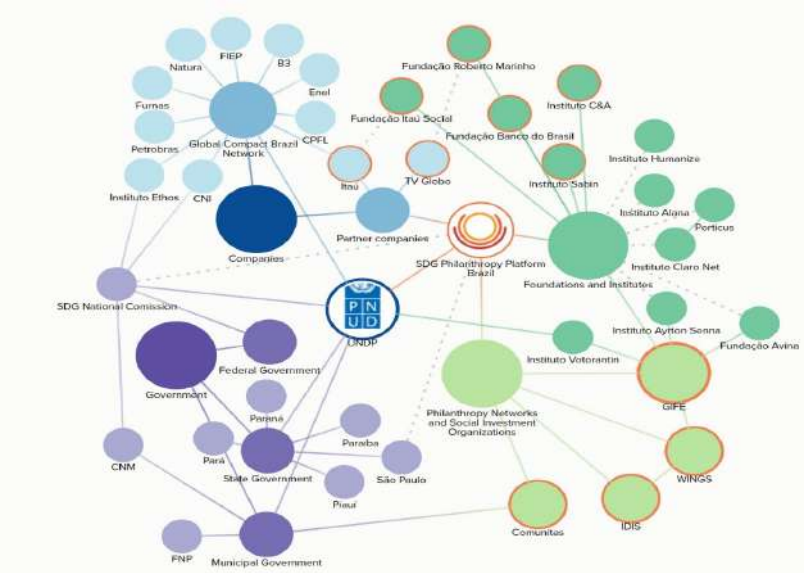


Figura 18. Mapeamento de organizações engajadas com os ODS no Brasil (em colaboração direta ou indireta com a Filantropia)

Essas redes visam a fortalecer e ampliar as políticas públicas, desenvolver atividades empresariais responsáveis, promover ganhos sociais e evitar problemas ambientais para preencher as lacunas que surgem na consecução dos ODS. Com uso de seus conhecimentos e recursos para resolver problemas complexos e interconectados, exploram novas oportunidades e soluções inovadoras em torno dos ODS.

O infográfico (Figura 16) ilustra como as seis fundações que criaram a SDGPP fazem parte de um ecossistema maior dos ODS no país – onde estão conectadas ou desconectadas.

Um dos principais objetivos é identificar como a filantropia pode organizar o diálogo sistêmico e uma colaboração com o governo que promova a agenda dos ODS pela definição de prioridades e pelo alinhamento de indicadores. A SDGPP promove o **diálogo público-privado** com os governos nacional e estadual, durante seminários e atividades de cocriação. É uma oportunidade para a identificação de pontos estratégicos nos quais a filantropia pode colaborar com políticas públicas de maneira inovadora para enfrentar os desafios do desenvolvimento.

Na política pública, o Governo Federal brasileiro criou a Comissão Nacional dos ODS em 2017, coordenada pela Secretaria Nacional de Articulação Social, composta por 32 representantes da sociedade civil – incluindo organização setorial e governos – para avançar na implementação da Agenda 2030 e alcançar seus objetivos e metas. A Comissão Nacional dos ODS, juntamente com comissões subnacionais, tem o papel de disseminar a Agenda 2030 no país, colaborando com parceiros, treinando agentes públicos e identificando boas práticas. Além disso, analisa os planos setoriais existentes a fim de verificar quais políticas públicas estão tratando dos objetivos, a fim de garantir a melhor implementação da Agenda no país. Ao monitorar os indicadores nacionais e os ODS ainda não incluídos em políticas públicas, a comissão identificará prioridades e sugerirá ações necessárias para alcançar os objetivos por meio de programas governamentais e políticas públicas.

"É preciso internalizar e canalizar essa agenda para os territórios, criando um plano de longo prazo e políticas públicas para alcançar os objetivos", afirmou o coordenador de Projetos Especiais da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Com as empresas, a Rede do Pacto Global da ONU criou um grupo de trabalho dos ODS que promove o engajamento das empresas para realizar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por meio da disseminação e capacitação em torno da nova agenda, o grupo estimula o setor privado a desempenhar um papel transformador na Agenda 2030, defendendo a redução do impacto das empresas sobre esses objetivos. O grupo promove parcerias para os objetivos, em articulação com políticas públicas, e colabora com outras organizações e coalizões que compartilham o desafio de envolver as empresas brasileiras e internacionais com os ODS.

Embora as corporações já estejam fortemente engajadas com os ODS por meio de redes como o Pacto Global, há um crescente interesse das fundações em encontrar modos pelos quais os ODS possam beneficiar seu trabalho e ampliar o impacto social. A Plataforma de Filantropia para os ODS no Brasil está trabalhando para fortalecer as capacidades de fundações e institutos para a identificação e priorização de desafios de desenvolvimento nacionais que possam ser enfrentados pelo setor, trazendo a voz da filantropia para este diálogo que envolve várias partes.

2. Projetando uma colaboração para alcançar escala e transformar sistemas

Queríamos projetar uma colaboração que enfatizasse a urgência e a ambição necessárias para abordar com eficácia alguns dos desafios que preocupam as fundações que trabalham na SDGPP – educação, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Ciente de que inovações bem-sucedidas e sustentáveis em escala que transformem sistemas são raras, o grupo aplicou uma abordagem que combinava compreensão do sistema, identificação de alavancas e estruturação de parcerias transformadoras que podem mudar esses sistemas. No cerne de nosso pensamento estava o desenvolvimento de uma abordagem que pudesse efetivamente impulsionar os ODS e promover uma mudança significativa nos ODS que preocupam fundações e institutos.

Projetar soluções para escalonar as **demandas** pensando sobre **escala no projeto inicial de estratégias de impacto coletivo.**

De acordo com um relatório recente preparado pela Rockefeller Philanthropy Advisors e parceiros,[33] para que se torne mais eficaz e ágil, a filantropia deve considerar a **migração de uma perspectiva orientada para projetos para uma mudança de transformação mais sustentada** que possa ajudar a criar condições que facilitem o impacto em grande escala.

Escalar soluções para promover mudanças sistêmicas também requer a **quebra de silos**, novas abordagens para o financiamento e a promoção de uma forte colaboração entre financiadores e donatários, bem como alianças multissetoriais que envolvam doadores, fundações, governos e investidores de impacto.

As barreiras para ampliar a escala de inovações são muitas vezes de natureza política, e l**idar com a política em inovação e no engajamento do setor público** é fundamental para não deixar ninguém para trás no processo de desenvolvimento[34]

As fundações e os institutos envolvidos na SDGPP no Brasil formam um ecossistema de colaboradores que aplicam o pensamento sistêmico para **impulsionar a inovação** e encontrar soluções para os resultados de desenvolvimento. Ao propor uma abordagem sistêmica, os colaboradores podem interagir em dois níveis: reconhecer a dinâmica e os elementos inter-relacionados que criam os atuais gargalos para o desenvolvimento e promover mudanças em direção aos resultados desejados

Figura 19. Marco aplicado pela SDGPP no Brasil

O design da colaboração aplicou uma metodologia lógica passo a passo para identificar a interconectividade e a interdependência. Também busca **lidar com as causas originárias dos problemas para fortalecer iniciativas apoiadas e implementadas por institutos e fundações.**

Usando os ODS como marco que cria um alinhamento estratégico em torno dos resultados coletivos, a plataforma pretende criar um movimento coletivo para a mudança e fornecer as ferramentas para monitorar iniciativas e seus resultados.

[33] ROCKFELLER, 2017. *Scaling solutions toward shifting systems.*

[34] PNUD 2017.

3. Enquadramento do desafio – o que sabemos e onde estão as lacunas?

O mapeamento dos principais fatores socioeconômicos permite às fundações compreender o "cenário amplo e abrangente" e analisar as ligações, o que é essencial para o enquadramento do desafio que desejam enfrentar.

O Brasil teve sucesso na redução da pobreza e das desigualdades

O Brasil reduziu a pobreza extrema em 75%, elevando aproximadamente 30 milhões de pessoas à classe média, o que contribuiu significativamente para a realização do objetivo de redução da pobreza estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-13). A desigualdade foi reduzida significativamente entre 2003 e 2014.[35] O nível de renda dos 40% mais pobres da população aumentou em média 7,1%, em termos reais, em comparação com um aumento de 4,4% na renda da população geral.

O crescimento econômico está em desaceleração desde o início da década

Nos últimos três anos, em termos econômicos, o Brasil vem passando por uma forte recessão, com uma redução de 3,6% no PIB em 2016.[36]

Há aproximadamente 13,5 milhões de pessoas desempregadas, pois a taxa de desemprego dobrou em apenas dois anos (2014-16), de 6,5% para 12%, e a renda per capita caiu 4,4% em apenas um ano (2015-16).[37]

Em termos de outros indicadores macroeconômicos, a economia começa a mostrar alguns sinais de recuperação: inflação baixa, crescimento do emprego e expansão do investimento estrangeiro no país.

Erradicar a pobreza não é mais o único objetivo

O Brasil enfrenta novos desafios em relação à proteção de conquistas e melhorias sociais, bem como no aumento da resiliência, de acordo com o mais recente *Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD*[38].

Além disso, as conquistas sociais e econômicas da última década não beneficiaram toda a população por igual. Dois grupos cruciais permaneceram excluídos das melhorias sociais e econômicas:

- **Vulneráveis em renda** – um número significativo de pessoas que subiram para a classe média está agora sob risco de voltar à pobreza
- No Brasil, 4 milhões de pessoas caíram abaixo da linha da pobreza no mesmo período (2014 e 2015). Entre elas, 1,4 milhão de pessoas foram para a extrema pobreza, como indica o Atlas do Desenvolvimento Humano.[39]
- Esse retrocesso também reflete uma mudança regional. De acordo com o último Relatório Regional de Desenvolvimento Humano sobre o Progresso Multidimensional, há 224 milhões de latino-americanos em risco de retornar à pobreza, ou seja, 35% da população da região.[40]

[35] O coeficiente de Gini caiu 6,6% no mesmo período, de 58,1 para 51,5

[36] Banco Mundial, 2017.

[37] MINISTÉRIO DO TRABALHO; IPEA. Mercado de Trabalho: Análise e Conjuntura. Brasília, 2017. IBGE 2016.

[38] PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2016

[39] PNUD, 2016.

[40] PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2016

- **Excluídos para além da renda** – grupo de pessoas excluídas por características étnicas, raciais, de gênero, identidade sexual, status de migrante e deficiência. Neste grupo, mulheres e jovens são severamente afetados no sistema econômico e nas esferas de cidadania.

Apesar do progresso na redução da pobreza, as desigualdades continuam altas

Em 2010, o IDH da população negra (0,679) era quase igual ao IDH da população branca em 2000 (0,675). [41]

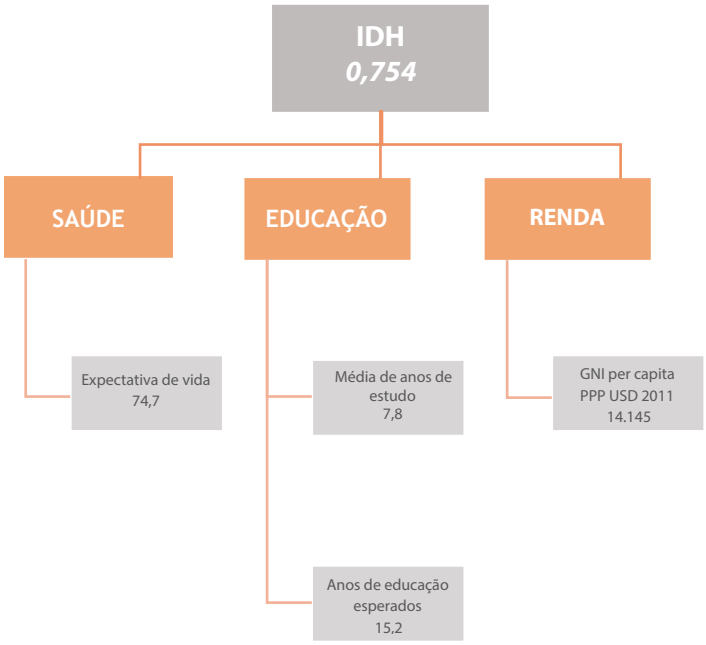
Os mais jovens são os mais afetados pelo crescimento do desemprego no país. Entre 2015 e 2016, a taxa de desemprego entre os jovens de 14 a 24 anos aumentou de 20% para 27%.

As mulheres também são afetadas, recebendo salários até 25% mais baixos do que os homens em empregos semelhantes, embora tenham uma média maior de anos de estudo.

Como resultado, o Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo. Na América Latina e no Caribe, o país fica atrás apenas de Haiti, Colômbia e Paraguai.[42] Mudar essa situação é uma tarefa que ainda deve ser cumprida pela sociedade brasileira.

O Brasil ocupa a 79ª posição entre 188 países no Índice de Desenvolvimento Humano, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2016.

Figura 20. Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil



O acesso ao ensino básico é universal e melhorar sua qualidade é o novo desafio

Mais de 15% do PIB brasileiro foi investido em educação. As políticas públicas aumentaram consideravelmente o acesso de meninos e meninas à educação, uma vez que 98% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola,[43] garantindo cobertura universal no ensino básico.

O Brasil agora luta para melhorar a qualidade e os resultados, especialmente no início e no final do ensino médio. Enquanto no ensino fundamental

[41] PNUD, IDHM 2016. De acordo com o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda.

[42] PNUD, 2016. Relatório de Desenvolvimento Humano Regional de Progresso Multidimensional.

[43] IPEA, 2010.

18% dos alunos têm dois ou mais anos de atraso, no ensino médio essa taxa sobe para 28%.[44]

As taxas da educação reforçam as desigualdades. Em meio à população negra, a taxa de analfabetismo é de 11,2%, enquanto taxa para a população branca é de 5%. A taxa de distorção idade-série também é maior para este grupo.

O Brasil está abaixo da média em três critérios do teste PISA:[45] ciências, matemática e leitura.[46]

A baixa qualificação dos professores também compromete a aprendizagem dos alunos. 21,5% dos professores do 6º ao 9º ano não têm diploma universitário. Entre aqueles com ensino superior, 35,4% não têm qualificação formal para o ensino.

A regressão social e econômica pode ser explicada por três causas principais: desemprego, desigualdade e desastres naturais relacionados à mudança climática

Fotografia por Sambazon

Com instituições operacionais e democráticas, o país ainda enfrenta os efeitos da corrupção em dificultar o desenvolvimento humano

Recentemente, o Brasil demonstrou ter um forte processo democrático na luta contra a corrupção. No entanto, a corrupção apresenta efeitos de longo prazo na sociedade brasileira, pois desvia recursos, afeta a economia e o desenvolvimento social, compromete as instituições e o Estado de Direito, reforça as injustiças e aumenta a desigualdade. Estima-se que cada 1 real desviado pela corrupção represente um prejuízo de 3 reais para a economia e a sociedade.[47]

Corrupção, roubo e evasão fiscal representam mais de 5% do PIB global por ano (2,6 trilhões de dólares),[48] com uma perda anual de cerca de 1 trilhão de dólares pagos em subornos por ano, de acordo com o Grupo do Banco Mundial.[49] No Brasil, estima-se que até 200 bilhões de reais são perdidos a cada ano com práticas de corrupção.[50] Os efeitos gerais na sociedade são profundos e, de acordo com estudos recentes,[51] podem ser resumidos da seguinte maneira:

- Aumento da ineficiência no setor produtivo: menor produtividade do trabalhador, redução no desenvolvimento de indústrias competitivas.[52]
- Aumento da ineficiência em serviços públicos: déficits de planejamento, gastos descontrolados e estimativas de demanda infladas.

[44] INEP 2016. *Censo da Educação Escolar Básica 2016.*

[45] Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

[46] OCDE, 2015. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)

[47] CNI, 2013.

[48] Fórum Econômico Mundial

[49] Grupo do Banco Mundial, 2017. Combating Corruption Governance Brief.

[50] Ministério Público Federal, 2017.

[51] OCDE 2015. *Relatórios Econômicos da OCDE Brasil.*

[52] Grupo do Banco Mundial, 2017. Combating Corruption Governance Brief.

- O investimento na educação é muitas vezes anulado pela corrupção: as distorções no investimento e as decisões do orçamento público resultam em gestão ineficiente de ativos físicos e em um menor nível de qualificação dos recursos humanos (alunos, professores e gerentes).
- Decisões distorcidas na alocação dos recursos de saúde pública: os tipos comuns de abuso são distorção na prestação de serviços médicos, contratos e relações de marketing antiéticas, abuso de poder, fraude e uso indevido de solicitações de reembolso, medicamentos e serviços.[53]
- Na área ambiental, a extração ilegal de madeira contribui para aproximadamente 20% das emissões de gases de efeito estufa do mundo. Essa prática gera entre 10 e 23 bilhões de dólares por ano, criando uma grande perda ambiental e social.[54]
- Deterioração da defesa dos direitos humanos e aumento do crime organizado.[55]
- Perda de confiança em instituições e na democracia.

Como um país jovem de renda média, o Brasil ainda tem um longo caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme definido pela Agenda 2030. O desenvolvimento de ferramentas de resiliência é fundamental para garantir conquistas sociais. Em última instância, os principais fatores que podem tirar as pessoas da pobreza diferem daqueles que podem impedir o retorno à pobreza.[56]

O desenvolvimento sustentável é também uma questão de justiça social e uma questão de equidade distributiva. Se as políticas não proporcionarem bem-estar às pessoas marginalizadas e vulneráveis e se as instituições não conseguirem garantir que as pessoas não sejam deixadas para trás, deve haver mecanismos para reivindicar direitos sociais e humanos, acesso à justiça, promoção da inclusão e garantia de prestação de contas.[57]

Um workshop sobre a identificação de aceleradores dos ODS para criar caminhos colaborativos

Com esse intuito, a SDGPP Brasil convidou 20 institutos e fundações para participar de um workshop com o objetivo de identificar, por meio de um mapeamento sistêmico, os desafios mais importantes para a consecução da Agenda 2030 no Brasil e os pontos de alavancagem para superá-los. Estabeleceu também a primeira etapa para a cocriação de uma visão coletiva de sucesso e dos resultados desejados da colaboração.

"Precisamos entender como as organizações filantrópicas estão integrando os ODS em suas estratégias de investimento social"

A metodologia para definir os aceleradores dos ODS liderada pela Plataforma de Filantropia no Brasil teve como ponto de partida uma contextualização baseada em dados das necessidades mais prementes do país, seguida por um debate aberto sobre os principais tópicos a serem abordados pelas organizações filantrópicas.

---

[53] OCDE 2015.

[54] Transparency International 2016. *Corruption Perception Index*.

[55] ACNUR, 2016. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/Issues/Development/GoodGovernance/Pages/AntiCorruption.aspx

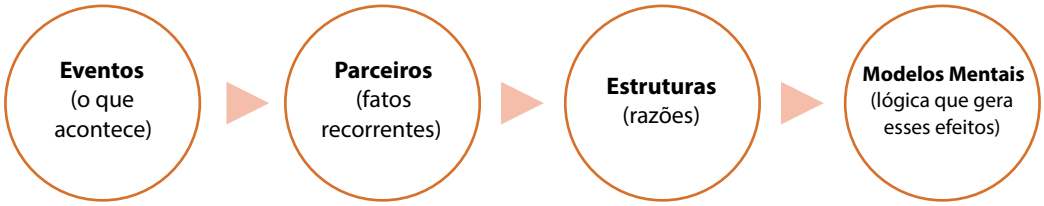
[56] PNUD, 2016. Relatório de Desenvolvimento Humano. Tirar as pessoas da pobreza requer políticas de proteção social, programas de saúde e um mercado de trabalho dinâmico. Por outro lado, a estruturação de políticas públicas e programas sociais que facilitem o acesso a ativos (bens, serviços financeiros, etc.), educação e capacitação profissional pode reduzir o risco de retorno da população vulnerável à pobreza.

[57] PNUD, 2016. Relatório de Desenvolvimento Humano, página 16.

A metodologia aplicada[58] baseou-se na construção de um marco para o entendimento das inter-relações entre os problemas atualmente enfrentados por essas organizações ao implementar seus programas, levando à previsão de novos padrões de mudança. O pensamento sistêmico amplia a capacidade de compreensão e gera novas formas de pensar.[59]

"Existem muitos debates e conversas, mas ninguém diz: ok, agora vamos colaborar"

Figura 21. Marco de pensamento sistêmico



Neste debate, padrões, estruturas e modelos mentais existentes foram identificados. Os participantes trabalharam juntos no mapeamento de eventos que se repetem e de estruturas que apoiam esses padrões, permitindo que aconteçam, bem como pensamentos ou mentalidades que criam essas estruturas.

O exercício de mapeamento e priorização ajuda a adotar uma abordagem sistêmica e intersetorial para mitigação da pobreza, redução das desigualdades e gestão ambiental. As principais questões trazidas pelos participantes foram agrupadas em áreas temáticas e posteriormente priorizadas como pontos catalisadores para o desenvolvimento.

As áreas temáticas priorizadas em estrutura e modelos mentais podem ser sintetizadas em: fragilidade no contrato social e na governança, falta de prestação de contas, visão de curto prazo, ineficiência e baixa qualidade nos serviços disponíveis para a população pobre, desigualdade, prevalência de interesses individuais em detrimento das relações sociais e prioridades coletivas.

Figura 22. System Thinking Mapping and Dynamics

Figura 23. Dinâmica dos aceleradores dos ODS

[58] Metodologia aplicada pela REOs Partners.

[59] Peter Senge.

Identificação dos aceleradores dos ODS

A fim de identificar as principais áreas temáticas e prioridades para o desenvolvimento do Brasil, os participantes foram convidados a refletir sobre quais ODS têm maior potencial de acelerar e gerar uma transformação catalítica na sociedade. Entre eles, o grupo também identificou com quais ODS o setor de filantropia poderia estar mais engajado no apoio à implementação e canalização de esforços.

"Queremos promover um papel mais estratégico e transformador para o investimento social privado"

Quatro ODS foram escolhidos como pontos de alavancagem para movimentar poderosamente o Brasil em direção às áreas temáticas selecionadas expressas nos objetivos. Os ODS priorizados enfatizam os motivos que tornam tão necessária a colaboração entre as instituições filantrópicas e as principais partes interessadas.

Paz, justiça e instituições fortes:

Este campo é raramente um ponto focal da filantropia no Brasil e há uma necessidade urgente de ação nesta área. Atualmente, a filantropia é muito operacional, e esse tema requer maior controle social e advocacy. Ao mesmo tempo, requer mais liberdade de ação e mecanismos de cooperação entre organizações, inclusive órgãos públicos.

Paz, justiça e instituições funcionais são integradas e podem gerar uma mudança de mentalidade e uma mudança cultural com impacto sobre todos os outros ODS.

"O acesso à justiça é restrito e precisa ser expandido"

Parcerias e meios de implementação:

Não há mecanismo para orquestrar parcerias do setor filantrópico com políticas públicas, ou um ambiente de negócios favorável, acesso a tecnologia, informações e dados, ou o fornecimento de recursos direcionados para a implementação dos ODS. As parcerias proporcionam a melhor oportunidade de desenvolver os ODS de maneira mais eficaz.

Integrar outros ODS por meio do ODS 17, desenvolvendo uma metodologia para o pensamento sistêmico. Usar a plataforma como um espaço para o trabalho que também apoie organizações filantrópicas. O desenvolvimento baseado na opinião pública e na comunicação é vital.

"As instituições filantrópicas devem apoiar ações para que haja uma visão mais sistêmica e integrada entre organizações e temas".

Desigualdades reduzidas:

Quase todas as ações filantrópicas visam a reduzir as desigualdades, mas ainda há muito a ser feito para atingir esse objetivo.

O campo da filantropia precisa de uma melhor compreensão dos problemas de vulnerabilidade, a fim de remover as barreiras existentes e reduzir a desigualdade. Ter o ODS 10 como acelerador depende de um compromisso público integrado à ação colaborativa, envolvendo a mobilização do governo e da sociedade civil.

"Superar a desigualdade facilitará o ambiente operacional para a filantropia"

Educação de qualidade:

Vários programas e projetos relacionados a este tópico estão sendo implementados com investimento filantrópico, mas a educação é considerada a base da transformação para todas as outras questões, funcionando como modificadora da mentalidade e aceleradora de impacto.

Neste campo, identificou-se a falta de integração e articulação entre os atores implementadores (entre instituições filantrópicas e na articulação com as políticas públicas).

"A educação é um problema público, não apenas um problema de Estado. Esses conceitos são mal compreendidos no Brasil"

"Há muita gente fazendo muitas coisas na educação, mas não há articulação".

Os aceleradores dos ODS foram testados com aproximadamente 50 participantes no workshop Estratégias para os ODS, organizado no Fórum 2017 do IDIS. Os ODS que mais despertaram o interesse dos participantes foram o ODS 10 e o ODS 17, seguidos pelo ODS 16 e pelo ODS 4, em ordem de prioridade. Grupos de trabalho discutiram sua relevância e como se relacionam com o campo de ação das instituições filantrópicas. Além disso, os participantes fizeram sugestões sobre como abordar esses ODS para catalisar uma mudança sistêmica.

Fotografia por Natalia Sant' Anna

Conclusão

A discussão facilitada permitiu que os participantes refletissem sobre a complexidade e interdependência dos objetivos. O pensamento sistêmico ilustrou como fenômenos negativos, como a pobreza e a desigualdade, estão profundamente arraigados nas normas e nos sistemas culturais e sociais do país. A abordagem permitiu uma compreensão aprofundada dos padrões culturais e a revelação de modelos mentais, trazendo resultados surpreendentes.

O workshop trouxe o melhor das fundações – a dinâmica dissolveu os silos entre os participantes e seus modos de trabalho. Eles abraçaram a inteligência coletiva gerada pelo exercício, abrindo as portas para uma colaboração mais impactante.

Investimento social coorporativo e os ODS

Anna Maria Peliano[60]
Bruna Palhuzi[61]

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que desafiam o setor privado a se engajar na busca de soluções inovadoras, para além do campo dos negócios. A Agenda 2030 faz um chamado coletivo à construção de um mundo melhor e destaca o reconhecimento de que "a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável". Torna-se necessário, portanto, buscar respostas para as seguinte questões: o que as empresas têm feito voluntariamente em prol da melhoria das condições de vida das comunidades? Em que medida a atuação do setor privado pode contribuir para o alcance dos ODS? O que os dados levantados pelo BISC podem trazer de subsídios para essa reflexão?

Há uma década, o BISC[62] tem acompanhado a atuação de empresas que se destacam como referência no campo dos investimentos sociais e os resultados apontam para a consolidação desse trabalho. Nos últimos cinco anos, as empresas do grupo destinaram, em média, para projetos de cunho social, recursos anuais da ordem de R$ 2,8 bilhões, tendo mantido esse padrão, apesar das oscilações na conjuntura econômica do país. Ademais, os projetos sociais são sustentados por meio da alocação de recursos próprios, posto que os incentivos fiscais responderam por menos de 23% do total aplicado[63]. São as atividades educacionais que absorvem a maior parcela desses investimentos: cerca de R$ 950 milhões/ano. A opção prioritária pela educação se deve ao entendimento do grupo de que a solução dos problemas sociais no Brasil passa, necessariamente, pela melhoria do nível educacional da população.

A convergência entre os objetivos sociais das empresas e os ODS, não se limita, no entanto, à área da educação. Para explorar outras possibilidades de integração das agendas o BISC introduziu esse tema no campo de suas investigações, a partir de 2016. Para tanto, as empresas foram estimuladas a fazer um mapeamento dos seus principais projetos sociais que podem contribuir para o alcance dos 17 ODS. Essa iniciativa foi importante, pois permitiu que o grupo selecionasse um elenco de 78 projetos que já estão bem estruturados, dedicando-se a identificar a que objetivos cada um deles se relaciona direta, ou indiretamente. Os resultados reforçam que é no campo da educação que as empresas estão mais avançadas: 39% dos projetos relacionam-se diretamente com o ODS 4 (Figura 24). É também interessante observar que no seu conjunto, os projetos destacados adotam abordagens abrangentes, pois cerca de 40% deles estão conectados com mais de quatro ODS (Figura 25).

[60] Coordenadora Geral da pesquisa BISC

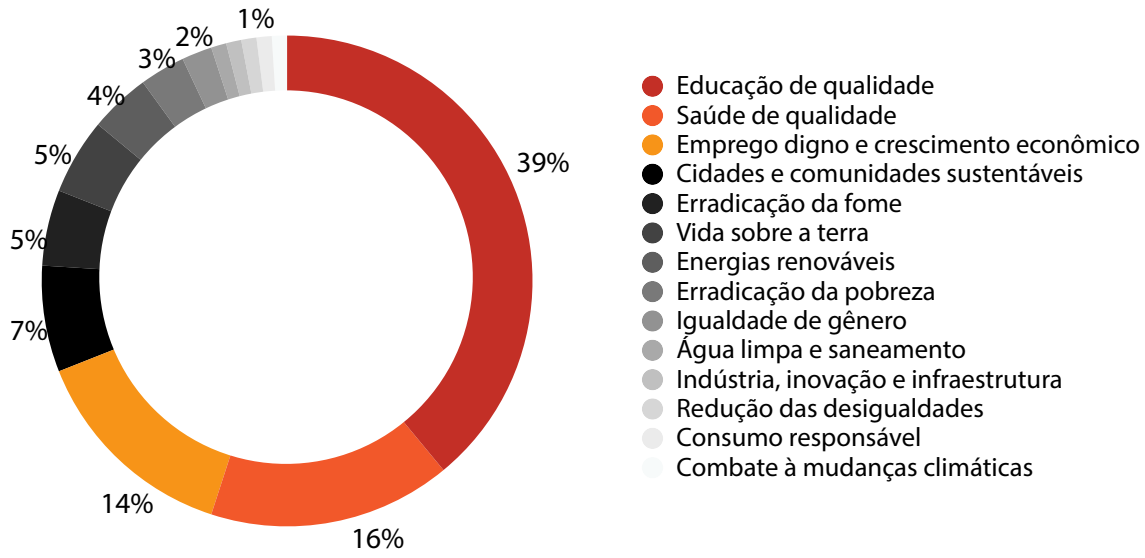
[61] Pesquisadora da equipe do BISC,Comunitas

[62] O Benchmarking do Investimento Social Corporativo é uma ferramenta de apoio à gestão de projetos sociais e de produção de conhecimento sobre os investimentos sociais privados. A cada ano, um tema novo relacionado à atuação social do setor privado é incorporado no BISC e em 2017, foi a vez de analisar as possibilidades de integração dos investimentos sociais aos ODS. O levantamento abrangeu um universo de 325 organizações, aí incluídas empresas e fundações que fazem parte do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) e que se dispuseram a responder as questões relacionadas aos ODS.

[63] Para o desenvolvimento do tópico sobre o alinhamento dos investimentos sociais com os ODS, a Comunitas articulou-se com diversas organizações comprometidas com a implementação da Agenda 2030, a saber: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Rede Brasil do Pacto Global, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVCes), a Agenda Pública e o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial.

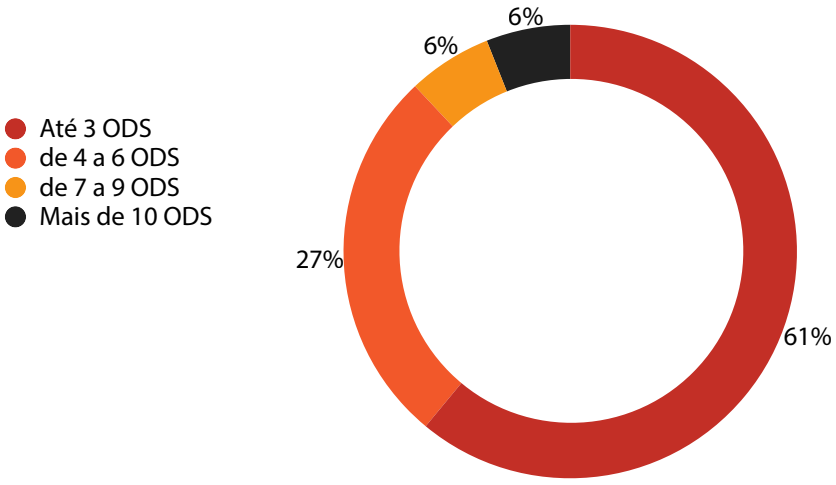
Conforme destacado em várias edições do BISC, a maioria das empresas criou institutos ou fundações para cuidarem dos investimentos sociais. Não obstante, elas mantiveram um envolvimento direto na condução de diversas práticas sociais e nelas investem um montante de recursos superior àquele investido por meio dos seus institutos/fundações Dessa forma, sempre que considerado pertinente, a pesquisa busca diferenciar o que foi feito por cada um desses segmentos. Em relação às possibilidades de integração à Agenda 2030, o que merece ser observado é que ambos podem atuar nessa área em conjunto ou não. Grande parte dos projetos que se relacionam com os ODS são desenvolvidos apenas pelas empresas (41%), ou apenas pelos institutos (36%), conforme pode ser observado na figura 26. Essa informação é de especial relevância para aqueles que buscam mobilizar a adesão do setor privado aos ODS. As estratégias a serem adotadas devem levar em conta as especificidades desses dois grupos de organizações.

Figura 24. A quais ODS os projetos sociais das empresas estão mais diretamente relacionados?



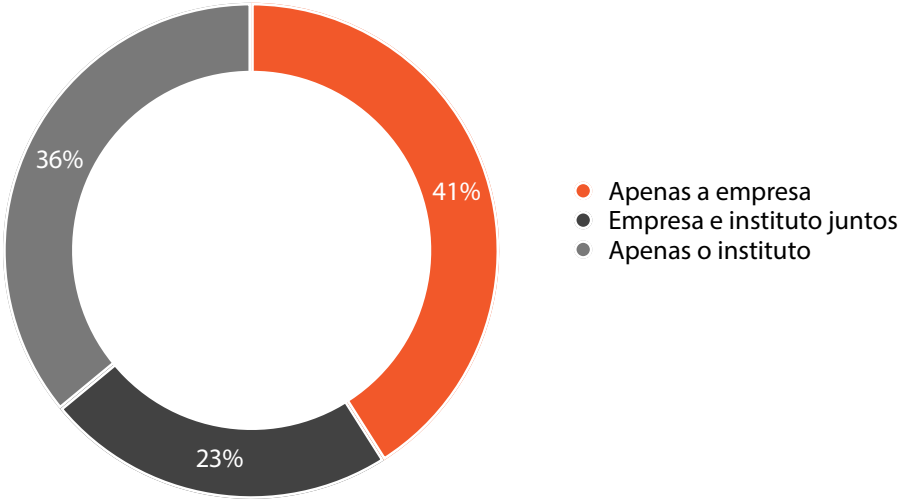
Fonte: BISC 2016. Comunitas, 2017.

Figura 25. Qual a abrangência dos principais projetos desenvolvidos pelas empresas, considerando o número de ODS a que eles estão relacionados?



Fonte: BISC 2016. Comunitas, 2017

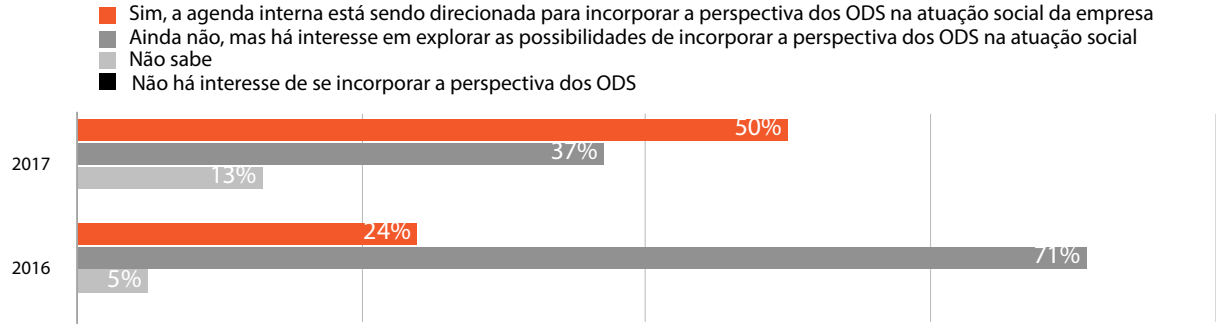
Figura 26. Quem na organização é responsável pelos projetos que podem contribuir para o alcance dos ODS?



Fonte: BISC 2016. Comunitas, 2017.

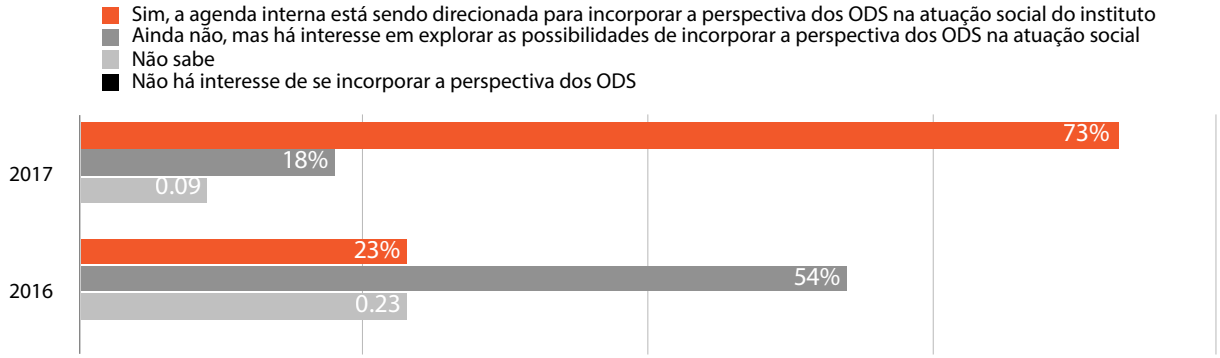
No BISC de 2017, buscou-se identificar, separadamente, a intenção das empresas e dos institutos, de incorporar a perspectiva dos ODS na sua agenda social. Os resultados são positivos. A disposição para promover esse alinhamento é alta e ampliou-se nesses dois anos de vigência da Agenda 2030. Entre as empresas, dobrou o percentual daquelas que declaram já terem considerado os desafios dos ODS como referência e, entre os institutos/fundações, esse avanço foi ainda mais significativo: o percentual mais do que triplicou (figuras 27 e 28). Para tanto, o grupo está se dedicando, nesses dois primeiros anos, a ampliar o conhecimento sobre o tema, visando mapear as possibilidades de aderência dos investimentos sociais à Agenda 2030, identificar as possíveis conexões dos projetos em curso aos ODS e utilizar os indicadores dos ODS para acompanhar os resultados dos seus projetos.

Figura 27. A perspectiva dos ODS foi considerada como referência na agenda de atuação social da empresa?



Fonte: BISC 2016. Comunitas, 2017.

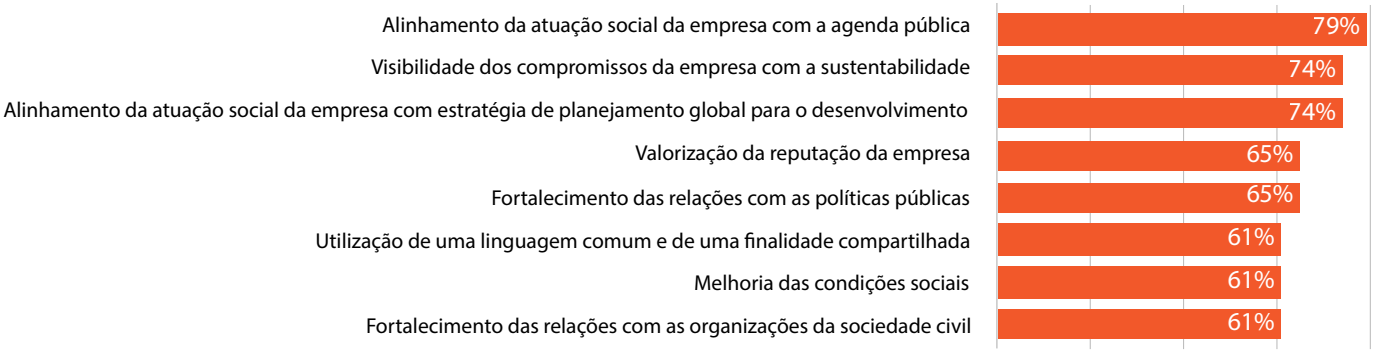
Figura 28. A perspectiva dos ODS foi considerada como referência na agenda de atuação social do instituto?



Source: BISC 2016. Comunitas, 2017.

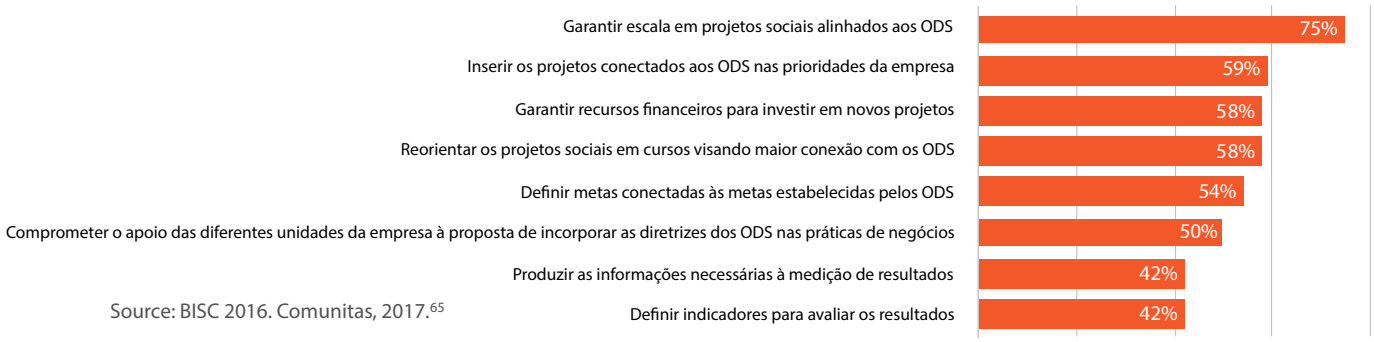
Tal avanço pode ser atribuído à percepção das organizações sobre os benefícios que podem decorrer do alinhamento dos investimentos sociais aos ODS. Os resultados apresentados na figura 29 indicam um entendimento de que tal interação eleva os investimentos sociais a uma nova dimensão, mais abrangente e mais conectada à uma agenda global, às políticas públicas e ao campo dos negócios. Por outro lado, nesse processo as empresas têm se deparado com diversos desafios como, por exemplo: reorientar os projetos em curso e alcançar a escala necessária; garantir recursos para novos projetos; engajar as diversas unidades da empresa; e gerar as informações e indicadores indispensáveis à avaliação dos resultados (figura 30).

Figura 29. Maiores benefícios que a empresa pode obter a partir da integração da perspectiva dos ODS aos seus investimentos sociais



Fonte: BISC 2016. Comunitas, 2017.[64]

Figure 30. Maiores desafios para a empresa integrar a perspectiva dos ODS aos seus investimentos sociais



Source: BISC 2016. Comunitas, 2017.[65]

[64] * Nota: Os dados referem-se ao percentual de empresas que responderam que as dificuldades citadas são altas ou muito altas

[65] * Nota: Os dados referem-se ao percentual de empresas que responderam que as dificuldades citadas são altas ou muito altas

É importante ressaltar que, na visão das empresas, os benefícios que podem ser obtidos com a interação das agendas são maiores do que as dificuldades a serem enfrentadas e isso justificaria o esforço de integração. Resta ainda observar em que medida essa percepção vai se refletir numa uma adesão efetiva por parte do setor privado. O certo é que um fornecimento sistemático de informações qualificadas, por parte das instituições envolvidas na implementação dos ODS, será essencial para promover essa integração e para acompanhar os resultados que poderão advir desse esforço coletivo

Em suma, o BISC revela que o alinhamento dos investimentos sociais aos ODS está em marcha e que há espaço para avanços importantes nessa área. Não obstante, os avanços vão depender de um amplo trabalho de mobilização. As empresas estarão mais envolvidas na medida em que a sociedade estiver mobilizada e pressionar as organizações, públicas e privadas, para assumirem o compromisso com um desenvolvimento justo e sustentável, **"sem que ninguém seja deixado para trás"**, conforme proposto na Agenda 2030.

fotografia de Tiago Zenero

4

Investimento para o desenvolvimento: a contribuição de fundações e institutos

4. Investimento para o desenvolvimento: a contribuição de fundações e institutos

O mundo está trabalhando em direção a um conjunto de metas ambiciosas para enfrentar os desafios globais e alcançar os ODS. O capital privado é urgentemente necessário para preencher essa lacuna e tratar de desafios globais urgentes. Em muitos aspectos, os ODS têm mais a ver com financiamento do que com doações, e isso requer um conjunto de recursos provenientes de governos, setor privado, agências de desenvolvimento e filantropia. Os investidores sociais têm um capital de risco excepcionalmente flexível para aumentar o apelo de investir no desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, impulsionar o impacto.[66]

As contribuições da filantropia para o desenvolvimento são significativas, mas pouco conhecidas. Na última década, o investimento e os fluxos de capital privado (incluindo investimento estrangeiro direto e investimento doméstico privado) superaram a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e outros fluxos de capital para os países em desenvolvimento. Estima-se que a doação privada para os países da OCDE representou US$ 51 bilhões, o que equivale a quase metade do valor da contribuição da AOD em 2011.[67] Nos países em desenvolvimento, há a tendência é que as organizações filantrópicas aumentem cada vez mais seu investimento social privado. O fluxo de capital filantrópico para os países em desenvolvimento chegou a US$ 32 milhões em 2014, aumentando quase dez vezes em uma década.[68]

O Brasil, no entanto, não está seguindo a tendência. Nos últimos anos, as organizações de investimento social direcionaram 3 bilhões de reais para a implementação de seus programas e projetos em 2014.[69] Somado aos resultados do investimento social corporativo[70], o volume total da contribuição dos investidores sociais brasileiros naquele ano chegou a 3,9 bilhões de reais. No entanto, essa tendência recuou em 2016, quando o volume total de recursos aplicados foi de 2,9 bilhões de reais, representando um decréscimo de 19% em relação a 2014, conforme detalhado anteriormente no artigo Panorama do investimento social privado no Brasil. Essa redução traz ainda mais desafios para o setor filantrópico brasileiro, considerando os problemas sociais prementes enfrentados pela sociedade brasileira.

De todo modo, os fundos filantrópicos mundiais, mesmo quando combinados com os orçamentos de desenvolvimento ou de ajuda dos governos, somam apenas bilhões de dólares. As fundações também estão buscando soluções financeiras inovadoras para tratar de questões sociais em escala e para identificar fontes sustentáveis no longo prazo para suas iniciativas.

Há também uma tendência crescente de incluir organizações filantrópicas e investimento socialmente responsável em novas formas de investimento que tendem a questionar a tradicional dicotomia entre negócios e filantropia. Na última década, o campo do investimento de impacto ganhou maior relevância. A Global Impact Investing Network (GIIN) estima um mercado de US$ 114 bilhões em ativos de investimento de impacto, dos quais US$ 22,1 bilhões foram comprometidos em 2016. O crescimento esperado no comprometimento em 2017 é de 25,9%.[71]

---

[66] Rockefeller Foundation, 2017. A New Role for Foundations in Financing the Global Goals by Saadia Madsbjerg, 2017.

[67] Fonte: PNUD, julho de 2016. UNDP's Private Sector and Foundations Strategy for the Sustainable Development Goals 2016-2020.

[68] OCDE, 2016. *Bringing Foundations and Governments Closer: a cross-country analysis.*

[69] Fonte: Censo GIFE 2014.

[70] Fonte: BISC, Comunitas 2014.

[71] Fonte: J.P. Morgan survey 2015.

No Brasil, há significativo e crescente interesse: 15 novos investidores de impacto entraram no mercado entre 2012 e 2013. Esses atores assumiram compromissos entre US$ 89 milhões e US$ 127 milhões em 2014, com foco nos setores de educação, inclusão financeira e saúde, seguidos por habitação, prevenção da poluição, gestão de resíduos e energia renovável.[72]

As organizações filantrópicas brasileiras também estão engajadas nessa iniciativa, seja canalizando seus investimentos para apoiar fundos de investimento de impacto social, seja apoiando empreendimentos sociais e aceleradoras de negócios sociais para diversificar seu escopo de ação e ampliar seus resultados sociais. 42% dos investidores sociais brasileiros atuam de alguma forma com iniciativas de impacto social, como mostra a pesquisa do GIFE.[73] Nesse sentido, o investimento de impacto social surge como uma oportunidade de combinar recursos financeiros e não financeiros para apoiar e coordenar soluções sistêmicas e escaláveis que tratem dos desafios de desenvolvimento e transformem realidades.

Fotografia por Kenia Ribeiro

[72] *Mapping the Impact Investing Sector in Brazil*. Aspen Network of Development Entrepreneurs (ANDE) and partners, 2014.

[73] Fonte: Censo GIFE, 2016.

O papel da filantropia familiar para os ODS no Brasil

Paula Fabiani[74]

Nos últimos anos, o mundo assistiu a um importante movimento socioeconômico. Países em desenvolvimento – como Brasil, China, Índia – registraram acentuado crescimento, que levou à geração de riqueza, ao aumento da classe média e da quantidade de milionários. Segundo o relatório da Charities Aid Foundation sobre o potencial da filantropia global[75], os gastos da classe média, em todo o planeta, devem atingir R$ 200 trilhões em 2030, o dobro do valor gasto em 2015. Esse movimento tem o poder de transformar nossa sociedade, como aponta o relatório: se 0,5% desses gastos fossem direcionados a organizações da sociedade civil, teríamos o impressionante número de R$ 1 trilhão a disposição de causas socioambientais. Imagine se parte desses recursos fossem direcionados a organizações comprometidas com as Metas do Desenvolvimento Sustentável, os SDGs (Sustainable Development Goals).

A participação da filantropia é crítica no desenvolvimento sustentável das nações. O tema foi tratado no I Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais, realizado pelo IDIS (Instituto pelo Desenvolvimento do Investimento Social) em 2012. Na ocasião, Eduardo Giannetti, economista e professor do Insper, expôs com muita clareza a importância do investimento social privado: "Há muitas coisas relevantes, socialmente demandadas, que nem um nem outro – mercado e Estado –, em um ambiente democrático, conseguem, de fato, atender. E a filantropia e o investimento social privado entram do lado da demanda, porque existem coisas relevantes a serem feitas". Jane Wales, presidente e CEO do World Affairs Council e do Global Philanthropy Forum, complementou ao falar sobre o surgimento de novos filantropos, impulsionado pelo rápido crescimento econômico dos países em desenvolvimento: eles têm "uma visão de que os benefícios dessa nova economia devem ser compartilhados de modo mais amplo – o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico, o crescimento, não devem ser apenas rápidos, mas também inclusivos". [76]

O Brasil seguiu a tendência mundial de crescimento da riqueza, mas ainda não atingiu seu potencial filantrópico. Segundo a Pesquisa Doação Brasil[77], 46% dos brasileiros (acima de 18 anos, residentes em áreas urbanas e com renda familiar acima de 1 salário mínimo) doaram para organizações da sociedade civil, no ano de 2015, totalizando R$ 13,7 Bilhões, o que corresponde a 0,23% do PIB brasileiro daquele ano. A quantia parece expressiva, mas, se compararmos aos EUA, onde a população doou 2,1% do PIB[78] neste mesmo ano, percebemos que podemos e devemos investir no nosso potencial filantrópico. Vale mencionar que 2015 foi um destaque nas doações a organizações sem fins lucrativos. O porcentual de brasileiros que doou em 2016 diminuiu, conforme o World Giving Index[79], e a posição do Brasil ainda se mantém atrás de Chile e Colômbia.

---

[74] Paula é presidenta da IDIS. É graduada em economia pela FEA-USP, MBA pela Stern School of Business, New York University, especialista em Endowment Asset Management pela London Business School e Yale, e Management of Third Sector Organizations pela FGV.

[75] CAF 2017. Laying the Groundwork for Global Giving. Disponível em: https://www.cafonline.org/docs/default-source/about-us-policy-and-campaigns/laying-the-groundwork-for-growing-giving.pdf?sfvrsn=989eac40_12

[76] O Papel Transformador do Investimento social privado, 2014. IDIS

[77] IDIS 2015. Para mais informações: http://idis.org.br/pesquisa-doacao-brasil/

[78] GIVING USA 2016. Disponível em: https://givingusa.org/giving-usa-2016/

[79] World Giving Index 2017. Disponível em: https://www.cafonline.org/about-us/publications/2017-publications/caf-world-giving-index-2017

E as famílias detentoras das maiores riquezas? E o investimento social privado familiar? Que diferença podem fazer no atingimento dos SDGs?

Segundo o relatório da CAF, mencionado no início deste artigo, até 2026, o mundo verá um crescimento de 43% no número de ultra milionários (UHNWI)[80], iindivíduos que dispõem de, pelo menos, US$ 30 milhões para investimento. No Brasil, os dados também impressionam. Segundo o Global Wealth Report 2016[81], já temos 172 mil milionários no Brasil. Entretanto, ao mesmo tempo em que possui 172 mil milionários, o país tem 24 milhões de pessoas com renda inferior a US$ 249 por ano. Há muito o que fazer, e as soluções passam, certamente, pelas parcerias, pela alocação estratégica de recursos filantrópicos e pelos esforços coletivos para o atingimento dos SDGs.

Contudo, nossa filantropia familiar ainda tem um caminho evolutivo a seguir. Segundo levantamento do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), a maioria dos investidores familiares doa uma parte relativamente pequena de seu patrimônio para suas organizações e organizações da sociedade civil, e são poucos os que destinaram recursos para endowments (fundos patrimoniais) buscando garantir transformações socioambientais de longo prazo. Muitos sequer divulgam o que fazem e quanto doam, em parte por questões de segurança, e em parte pela percepção, apontada no relatório, da existência, no país, de preconceito em relação aos ricos, "de que se movem somente por interesses próprios".

Porém, mais importante ainda na discussão do papel do investimento social privado familiar é o fato, apontado no relatório, de que as fundações e institutos familiares ainda se mantêm distantes de investimentos na busca de melhorias das políticas públicas e têm dificuldades em estabelecer parcerias. Ambas as atuações são cruciais para alcançarmos os SDGs. E um esforço deverá ser realizado por esses grupos nessa direção. Vale acrescentar que o investimento social privado familiar pode tomar riscos mais elevados do que o corporativo e, portanto, consegue funcionar como um espaço para P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) de políticas públicas, formando um ambiente ideal para a experimentação na abordagem de problemas sistêmicos. Esse é um caminho de

Fotografia por Chão de Sonhos

[80] http://veja.abril.com.br/economia/crise-milionarios-brasil/

[81] Definição de Ultra High Net Worth Individual (UHNWI): http://www.investopedia.com/terms/u/ultra-high-net-worth-individuals-uhnwi.asp#ixzz4s7L8ZxMp

grande potencialidade na busca de soluções inovadoras para o atingimento dos SDGs.

Mas temos também boas notícias a comemorar. A filantropia familiar vem crescendo e ganhando relevância nos últimos anos, no Brasil. Metas importantes dentre os SDGs, em especial no tema Educação, são foco de muitos investidores sociais familiares. A questão ambiental também é uma área de destaque. E os SDGs têm um grande potencial de sensibilização e mobilização desses investidores. Além da questão temática, a avaliação de impacto também se mostra cada vez mais significativa para os investidores sociais privados familiares brasileiros, o que é fundamental para compreendermos a contribuição de cada um neste processo. Essa é, certamente, uma evidência de que nosso setor se qualifica e ambiciona mais eficácia e efetividade.

Por fim, dentre os investidores sociais familiares, os SDGs podem representar uma oportunidade de conectar gerações. Trata-se de uma preocupação de muitas das famílias, não só brasileiras, e os SDGs são um bom espaço para estabelecer conexão, pois refletem discussões e debates que envolveram indivíduos e grupos que representam perspectivas de diferentes gerações no mundo todo. Além disso, participar de um movimento que busca resolver questões de ordem global permitirá a essas famílias entrar em contato com organizações e famílias de outras nações, que alimentam as mesmas ambições de contribuir para o alcance de metas para tornar o mundo um lugar melhor para todos.

Por fim, para atingirmos os SDGs, precisaremos de todos os esforços, de todos os setores. Juntar forças nessa direção será um caminho de destaque nos próximos anos que permitirá ampliar o impacto do investimento social privado na agenda global de desenvolvimento. E a filantropia familiar certamente se engajará nesta agenda tão importante.

Filantropia e Investimento de Impacto: considerações para ampliar a implementação da agenda de desenvolvimento sustentável

Fábio Deboni[82]

O objetivo deste texto é refletir sobre o papel do capital filantrópico no suporte ao campo das finanças sociais e dos negócios de impacto, assumindo que institutos e fundações têm muito a contribuir com esta temática.

Entrecruzamento de stores

O campo do investimento social privado/ filantropia é caracterizado por ser e por transitar em área de fronteiras – entre o púbico e o privado; entre as empresas, terceiro setor e governos. No Brasil vem construindo sua identidade e forjando seu repertório de atuação – discursos, práticas, conceitos, metodologias, indicadores. Apesar dos questionamentos que o campo vem recebendo[83], institutos e fundações vêm se firmando como organizações relevantes na construção do bem comum a partir da lógica privada. Se já não bastasse toda a complexidade inerente a este campo e suas múltiplas fronteiras, interfaces e contradições, temos participado e presenciado uma aproximação recente entre este campo e o de finanças sociais e negócios de impacto.

A lógica de retorno financeiro com geração de impacto social pode parecer muito interessante para o conjunto das organizações da sociedade civil – dentre elas institutos e fundações – e, portanto, gerar uma conexão imediata bastante clara. Ocorre que por trás deste conceito aparentemente de fácil realização, há um conjunto de travas que precisam ser identificadas e debatidas. Assumindo, portanto, que a questão do 'como' é central no momento atual deste entrecruzamento de campos, assumimos a opção de identificar alguns caminhos possíveis que possam servir de inspiração e indicação a institutos e fundações seguirem adentrando neste campo das finanças sociais e negócios de impacto.

Visão ampliada de investimento de impacto

O próprio conceito de Investimento de Impacto encontra-se em franca construção e evolução no Brasil e no mundo. O entendimento consolidado de que se trata de um investimento que busque retorno financeiro e impacto social, pode reduzir, num primeiro momento, as possibilidades de engajamento da filantropia. Vejamos porquê. Para a construção de um ecossistema robusto e dinâmico, e que enfrente as disparidades regionais do Brasil, é necessário que diversos atores (dentre eles, institutos e fundações) aportem capital (sem retorno financeiro) para criar e fortalecer as diversas organizações intermediárias essenciais para este campo.

Até que tenhamos um ecossistema sólido o suficiente para termos boa e farta disponibilidade e diversidade de negócios de impacto para receberem investimento, há ainda um intenso trabalho a ser feito[84]. TPortanto, temos defendido

[82] Gerente Executivo do Instituto Sabin (www.institutosabin.org.br). Atualmente coordena a Rede Temática de Negócios de Impacto do Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). Membro do Conselho do Gife. É autor do livro "Reflexões contemporâneas sobre Investimento Social Privado". fabio@institutosabin.org.br

[83] Já abordei este assunto em outro artigo: http://gife.org.br/tem-um-bode-na-sala-filantropia-na-berlinda/

[84] For more information: http://gife.org.br/quem-acelera-as-aceleradoras/

uma visão mais ampliada (lato senso) do conceito de investimento de impacto como forma de construirmos mais pontos de conexão entre o que tradicionalmente institutos e fundações já realizam com o que as diversas organizações que integram o ecossistema de finanças sociais e negócios de impacto fazem. Em outras palavras: quando uma fundação doa recursos para uma aceleradora de impacto ela também está atuando no campo de finanças sociais/investimento de impacto, ainda que não almeje retorno financeiro nesta operação. Para alguns, esse tipo de ação não se configura como sendo investimento de impacto, ainda que esteja na órbita deste campo.

Não é uma linha evolutiva

Vale reforçar o entendimento de muitos atores envolvidos nesta reflexão de que a inserção de institutos e fundações no campo das finanças sociais e negócios de impacto não é sinônimo de evolução, de sair de uma atuação mais tradicional (filantrópica) para algo mais "moderno". Não é este o entendimento que temos defendido. Em suma[85], compartilhamos do entendimento de que a aproximação de institutos e fundações a este campo de finanças sociais traz uma nova ferramenta para sua caixa de ferramentas. Não se trata, portanto, de mais ou menos moderno; de melhor ou de pior, mas sim de abordagens novas que passam a conviver com abordagens que já existiam anteriormente.

Aprendizados a partir da prática

Criado no final de 2016 a partir de uma iniciativa capitaneada pela Força Tarefa de Finanças Sociais e com apoio de diversas organizações, o Grupo "Fundações e Institutos de Impacto" (FIIMP) partiu do esforço de engajar institutos e fundações na implementação da meta sugerida em uma das Recomendações da Força Tarefa[86] de que institutos e fundações poderiam alocar 5% dos seus orçamentos até 2020 para o fomento do ecossistema de finanças sociais e negócios de impacto.

A Recomendação pode parecer de fácil alcance, mas não é tão simples assim. Como se trata de um tema novo para institutos e fundações, este engajamento foi pautado na lógica da experimentação prática.

A analogia seria a de "molhar os pés"[87] neste mar das finanças sociais e negócios de impacto, percebendo a temperatura da água, seus movimentos, etc, para adquirir mais confiança para mergulhos mais profundos.

São 22 membros cotistas e outros membros parceiros[88] que se uniram no FIIMP e alocaram, cada um, 10 mil dólares na constituição de um pool de recursos para testar três diferentes mecanismos de investimento de impacto – empréstimo, dívida conversível (via crowdequity) e garantia. Há dois objetivos claros: 1. Testar diferentes mecanismos de investimento de impacto e 2. Construir aprendizados sobre este processo.

Para cada mecanismo o Grupo escolheu uma organização intermediária do ecossistema: Sitawi (garantia), Dinamo (dívida conversível / crowdequity) e Bemtevi (empréstimo).

Compartilho, a seguir, 10 aprendizados que esta experiência trouxe até o momento, sem qualquer pretensão de "falar em nome do Grupo":

1. Interação entre pares é poderosa: dilui riscos e amplifica alcance

É interessante perceber o quanto cada membro contribui para engajar os demais, seja por meio de seus alcances e desdobramentos, seja por meio de dúvidas (que não são poucas).

---

[85] para mais informações: http://gife.org.br/falsa-ideia-da-linha-evolutiva-da-filantropia/

[86] do original: *Grupo Fundações e Institutos de Impacto*

[87] do original: *Força Tarefa de Finanças Sociais*

[88] para mais informações: http://forcatarefafinancassociais.org.br/recomendacoes/

2. Papel da governança é chave e convida o grupo a sair da lógica do "meu" para o "nosso"

Tenho atuado, junto com outros colegas, no papel de manter a "banda tocando" em sintonia – função nada simples ainda mais num grupo de 22 players tão diferentes entre si.

3. Prototipar e experimentar são ótimas formas de "aprender fazendo" mesmo sem termos todas as respostas claras

Inspirados na lógica empreendedora, fomos mobilizados a colocar na prática e testar idéias mesmo sem que as mesmas estivessem 100% redondas e claras. Neste caso, o modus operandi também se constitui em importante aprendizado.

4. Sistematizar e compartilhar aprendizados: o processo é muito rico para perdermos insights pelo caminho

Fundamental contarmos com suporte externo contratado para esta finalidade, de modo a termos mais segurança dos registros necessários.[89]

5. Errar é permitido e gera aprendizados, dentro de determinados limites, é claro

Ao se atuar no coletivo permite-se mais abertura ao arriscar, testar, errar e ajustar, semelhante ao que vivem as startups no seu cotidiano. Evidente que a margem de erro precisa estar sob controle e em constante alinhamento com todos os membros do Grupo.

6. Coinvestimento requer colaboração, compartilhamento e transparência. Não é só assinar o cheque e colocar no pool de recursos

Fala-se muito em coinvestimento, mas além do recurso financeiro em si, ele requer muita energia, tempo e engajamento de pessoas e organizações envolvidas. O recurso financeiro é o mais fácil de ser alocado.

7. Responsabilidade pelo processo: flexibilidade não significa desleixo. Importância de auditoria externa

A contratação de uma auditoria externa independente representa um passo importante para dar maior segurança às organizações que integram o FIIMP e também aos parceiros (intermediários).

8. Permanência de interlocutores de cada membro do Grupo durante o processo vai adensando aprendizados e confiança mútua

Como qualquer coletivo, o tempo vai sedimentando confiança mútua entre todos os envolvidos, desde que, é claro, haja engajamento e frequência nas atividades. É como um time que joga junto e consegue manter uma base sempre escalada.

9. Atuação em rede e núcleos com papéis claros: divisão de tarefas

A transformação de um Grupo para uma Rede requer tempo e paciência. O FIIMP ainda é um grupo que aspira atuar em rede. A divisão de papéis e a constituição de núcleos de atuação tem sido um processo importante até o momento.[90]

10. Comunicação fluida, ágil e democrática

Cultivar a empatia tem sido uma chave para o andamento do FIIMP até o momento, facilitando o diálogo livre e o fortalecimento da confiança mútua entre todos. Passados pouco mais de 9 meses do início do FIIMP, ainda há muito por acontecer. A caminhada até agora tem nos mostrado um intenso aprendizado e ótimos desdobramentos (coletivos e individuais). Tudo indica que a água esteja mais quentinha e mais convidativa a mergulhos mais profundos…

[89] Kalo Taxidi e Ponte a Ponte.

[90] São os seguintes Núcleos ativos neste momento: Coordenação, Secretaria Executiva, Comunicação, Operações e Orçamento, e Jurídico.

Trilhas para Institutos e Fundações seguirem no campo de finanças sociais e negócios de impacto

É crescente a procura por parte de institutos e fundações sobre como podem se engajar com este campo, quais caminhos seguir, quais referências buscar. Algumas organizações têm se debruçado sobre estas questões e vêm propondo alguns caminhos:

- Construção de Ecossistema
- Testagem de mecanismos
- Estágio iniciais e perfis específicos de empreendedores
- Formação e conhecimento

Construção de Ecossistema

Como visto anteriormente, a filantropia tem papel fundamental na construção, fortalecimento e regionalização do ecossistema de finanças sociais e negócios de impacto. Este tipo de ação requer capital aberto a assumir risco, de caráter não-reembolsável e que traga consigo um ótimo networking e associação de marcas. Apoiar aceleradoras de impacto a ampliar seu alcance geográfico e/ou setorial; fomentar a abertura de novas aceleradoras de impacto em regiões fora do eixo; fortalecer a migração de incubadoras e aceleradoras "tradicionais" para o campo de impacto social; apoiar outras organizações intermediárias do campo, etc, são inúmeras as possibilidades de engajamento de institutos e fundações neste campo, enfatizando que há um rico aprendizado e muita inteligência de mercado aí embutido. Se não for a filantropia, quem assumirá este papel?

Testagem de mecanismos

Aprender fazendo é a tônica deste tópico, convidando a filantropia a testar diferentes mecanismos de investimento de impacto. Se a doação já é uma ferramenta bastante utilizada por institutos e fundações, que tal testarmos outras modalidades de alocação de recursos para fomentar impacto social? Como vimos anteriormente, a experiência do FIIMP vem mostrando o quão rico é este aprendizado. Além disso, há também mecanismos mais inovadores e ainda pouco difundidos no Brasil, como os "Social Impact Bonds - SIB[91]", que também pode engajar institutos e fundações, pois, há muita energia necessária até que o contrato de um SIB seja assinado.

Estágio iniciais e perfis específicos de empreendedores

Já é bem conhecido no universo empreendedor que há um vale da morte para negócios que estejam em fase inicial. No campo de negócios de impacto a situação é similar e há também uma carência de fontes de recursos mais afeitos a assumir risco maior. Além dos chamados early stages propomos também que empreendedores da base da pirâmide,[92] mulheres e comunidades tradicionais possam receber maior atenção por parte do capital filantrópico para impulsionar iniciativas de negócios de impacto social de/para/com estes segmentos. Há muito espaço para criar soluções inovadoras e para apoiar as poucas iniciativas existentes, que têm ótima conexão com a dimensão territorial que institutos e fundações já estão bastante habituados a lidar.

Formação e conhecimento

Já reparou que há ampla oferta de iniciativas de formação, mentoria e conexão para empreendedores de impacto, e há pouca oportunidades para a formação de profissionais de

[91] para mais informação: http://www.sibhub.org.br/

[92] Vale ressaltar a iniciativa da Banca neste sentido: http://www.abanca.org/home/negocios-de-impacto-periferico-nip/

institutos e fundações para se engajar neste campo? Há uma demanda crescente por informações, estudos e publicações sobre o cruzamento da filantropia com as finanças sociais, e, em geral, as referências de outros países retratam uma realidade bastante diferente da nossa. Temos, portanto, uma ótima oportunidade para institutos e fundações se engajarem – contribuindo para fomentar iniciativas de formação e de geração e disseminação de conteúdos e conhecimentos sobre o tema.

—

Como vimos, são muitas as oportunidades de engajamento da filantropia no campo de finanças sociais e negócios de impacto. O mais importante é que cada instituto e fundação esteja aberto a compreender melhor este tema para definir sua própria estratégia de engajamento. Para alguns, a opção será a de não se engajar com este tema por considera-lo não alinhado a suas crenças e valores. Para outros, a questão pendente diz respeito a como se envolver com ele, quais caminhos seguir. Estamos convencidos de que não é possível permanecer inerte a este tema – seja para negá-lo, seja para mergulhar de cabeça. Para isso, é preciso compreender com mais profundidade a complexidade deste novo tema e as novas ferramentas que passam a estar disponíveis no repertório de institutos e fundações. Independentemente da escolha de cada um, o desafio social e ambiental atual é imenso e vai exigir a contribuição de todos os atores envolvidos – filantropia, governos, empresas, negócios de impacto, cidadãos.

Fotografia de Kenia Ribeiro

Conclusões

Esta publicação reúne pela primeira vez um conjunto forte de artigos de grandes especialistas que analisam o setor do investimento social privado no Brasil de forma que qualquer pessoa possa ter uma sólida compreensão de sua diversidade, conquistas, desafios, oportunidades e riscos. Os autores deixam claro que, neste momento de profunda mudança e autoquestionamento na sociedade brasileira, os setores de filantropia e investimento de impacto têm um papel significativo a desempenhar no avanço positivo do país.

Os ODS, por sua vez, estão fornecendo a todos os países e comunidades do mundo uma maneira de catalisar e cooptar esforços de diferentes setores, comunidades e líderes para que, em vez de trabalhar de forma fragmentada, ou mesmo com objetivos opostos, instituições possam planejar, implementar, medir e escalar o progresso em 17 dimensões distintas, embora interdependentes, do bem-estar humano e planetário.

Como observamos anteriormente, o continente e o mundo olham para o Brasil com atenção. Este sempre foi um país líder, mas isso não diminui os desafios que enfrenta. Os capítulos deste livro ilustram a seriedade com que os atores privados do Brasil assumem suas responsabilidades – mas também o quanto ainda precisa ser feito. O leque de oportunidades é impressionante e vai desde trabalhar de forma mais colaborativa com o governo e a ONU, inovar por meio da filantropia corporativa, priorizar a diversidade dentro do setor, encontrar novas maneiras de melhor apoiar as organizações da sociedade civil, até os "modos de fazer" e lições aprendidas da filantropia familiar.

Este livro ilustra como é importante que os países aproveitem seus pontos fortes e recursos inerentes e, ao mesmo tempo, aprendam lições de outros contextos nacionais. Em termos dos ODS, isso demonstra a importância de abraçá-los em toda a sua amplitude, incentivando os investidores sociais individuais a se concentrarem profundamente, e de forma sustentada, naqueles que consideram mais convincentes e gratificantes. Também mostra que alguns dos ODS "transversais" – como reduzir a desigualdade e promover sociedades pacíficas e inclusivas – são cada vez mais importantes na criação do futuro que os brasileiros querem e precisam.

Mesmo em setores que os filantropos entendem bem, como a educação, há um reconhecimento de que a doação privada ainda não faz a diferença necessária – e, portanto, abordagens mais eficazes devem ser encontradas. No que diz respeito a temas como a desigualdade, o setor de filantropia precisará criar e testar abordagens inteiramente novas, assumindo riscos e às vezes falhando, como faz em outros países.

Novas correntes no discurso e na ação – a respeito do escalonamento do impacto, pensamento sistêmico e uso de "aceleradores" e caminhos colaborativos para alcançar os ODS – indicam que o caminho a percorrer não é apenas árduo e cheio de aprendizados, mas também intelectualmente empolgante. Cabe aos atores aqui catalogados aproveitá-lo ao máximo.

Fotografia por Martine Perret

Sobre nossos parceiros

Sobre a Rockefeller Philanthropy Advisors

A Rockefeller Philanthropy Advisors (RPA) é uma organização sem fins lucrativos que atualmente assessora e administra mais de US$ 200 milhões em doações anuais feitas por indivíduos, famílias, corporações e grandes fundações. Continuando o legado da família Rockefeller de filantropia ponderada e eficaz, a RPA continua na vanguarda do crescimento e da inovação filantrópica, com uma equipe diversificada, liderada por experientes financiadores, com conhecimento aprofundado e significativo em todo o espectro de áreas problemáticas. Fundada em 2002, a RPA tornou-se uma das maiores organizações de serviços filantrópicos do mundo e, no total, em seus 15 anos, facilitou mais de US$ 3 bilhões em doações para cerca de 70 países. A RPA também atua como patrocinadora fiscal de mais de 25 projetos, fornecendo governança, gerenciamento e infraestrutura operacional para apoiar seus objetivos de caridade. Para obter mais informações, acesse o site rockpa.org.

Sobre o Foundation Center

Fundado em 1956, o Foundation Center é a principal fonte de informação sobre filantropia em todo o mundo. Por meio de dados, análises e treinamento, conecta pessoas que querem mudar o mundo com os recursos de que precisam para ter sucesso. O Foundation Center mantém o banco de dados mais abrangente dos EUA e, cada vez mais, de doadores globais e suas doações – um banco de conhecimento robusto e acessível para o setor. Também opera programas de pesquisa, educação e treinamento destinados a promover o conhecimento da filantropia em todos os níveis. Milhares de pessoas acessam o website do Foundation Center todos os dias e são atendidas em seus centros de aprendizagem/bibliotecas e em mais de 470 locais da Rede de Informação sobre Financiamento em todo o país e no mundo. Para obter mais informações, acesse foundationcenter.org.

Sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O PNUD trabalha em mais de 170 países e territórios, ajudando a alcançar a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades e da exclusão. Ajudamos os países a desenvolver políticas, habilidades de liderança, habilidades de parceria, capacidades institucionais e a aumentar a resiliência para sustentar os resultados do desenvolvimento. Líderes mundiais se comprometeram a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, inclusive o objetivo global de reduzir a pobreza pela metade até 2015. A rede do PNUD vincula e coordena esforços globais e nacionais para alcançar esses Objetivos. Para obter mais informações, acesse undp.org.

Sobre o Instituto C&A

O Instituto C&A acredita que a moda pode ser uma força para o bem. Por isso, oferece apoio técnico e financeiro, fortalece seus parceiros e trabalha em rede para promover uma indústria da moda mais justa e sustentável. Em 2015 nos integramos à C&A Foundation e passamos a focar nosso trabalho em cinco programas globais: Incentivo ao Algodão Sustentável, Melhores Condições de Trabalho, Combate ao Trabalho Forçado e ao Trabalho Infantil, Moda Circular e Fortalecimento de Comunidades. Já os programas de Educação, área na qual atuamos desde 1991, seguem sendo apoiados no Brasil até 2018. Saiba mais em: www.institutocea.org.br.

Sobre o Banco Itaú

Sob a premissa de contribuir com a sociedade que nos fortalece, o Itaú figura entre um dos mais importantes atores do Investimento Social Privado

no Brasil; seja através de aportes diretos; a projetos subscritos às leis de incentivo ou por meio de seus Institutos e Fundações. Dentre as temáticas prioritárias para o investimento estão: Educação, Cultura, Esporte, Mobilidade Urbana, Terceira Idade e Diversidade.

Em 2017, a organização formalizou em política interna que todo investimento social realizado deve visar contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reafirmando o compromisso com a agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2015.

A Organização acredita na necessidade de construir novos modelos de colaboração entre os diferentes setores da sociedade e integrar os ODS aos planos e políticas de Estados e Municípios. Por isso, determinou também que os investimentos deverão considerar, de forma prioritária, a incidência em políticas públicas e as agendas coletivas a nível global, nacional e/ou local.

A Fundação Itaú Social desempenha um papel de liderança em muitas conquistas sociais, coordenando programas em associação com os três níveis governamentais, outras empresas e organizações da sociedade civil. Sua estrutura é baseada em quatro pilares: Serviços Educacionais Expandidos, Gestão Educacional, Mobilização Social e Avaliação Econômica de Projetos Sociais. Para obter mais informações, acesse itausocial.org.br.

Sobre a Fundação Roberto Marinho

A Fundação Roberto Marinho é uma fundação brasileira que promove o direito à educação, incentiva o protagonismo e valoriza a cultura brasileira e o meio ambiente. Em 1977, a Fundação Roberto Marinho foi criada com a convicção de que a comunicação pode ser um instrumento para transformação social. Atua com uma rede de parceiros públicos e privados, de forma a viabilizar iniciativas para diferentes realidades, em todas as regiões do país. Para mais informações, acesse www.frm.org.br.

Sobre a Globo

Ser uma das maiores empresas de comunicação do mundo só é possível com muita criatividade, profissionalismo e investimento em qualidade e inovação. A Globo produz cerca de 3.000 horas anuais de telenovelas e programas, além de mais de 3.000 horas de telejornalismo. Seus programas, séries e entrevistas de alto padrão de qualidade recebem, a cada ano, indicações no International Emmy Awards. Atualmente, a rede cobre 98,6% do território brasileiro, atingindo 99,6% da população com a maior rede de emissoras afiliadas, com 122 delas espalhadas pelos estados. Mais de 90% da programação da rede é produzida internamente, o que faz da Globo a maior provedora de empregos para artistas, autores, jornalistas e produtores. Atualmente, a Globo conta com aproximadamente 12.000 funcionários. Para obter mais informações, acesse redeglobo.com.br.

Sobre a Fundação Banco do Brasil

A Fundação Banco do Brasil estruturou suas atividades para identificar e mobilizar diferentes atores sociais na busca de soluções efetivas para aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável das comunidades brasileiras. Nos últimos dez anos, de 2007 a 2016, 3,8 milhões de pessoas tiveram suas vidas transformadas por mais de 6,5 mil projetos, em mais de 2 mil municípios brasileiros e com um investimento social de R$ 2,6 bilhões. A missão da Fundação é melhorar a vida das pessoas promovendo a inclusão socioprodutiva, o desenvolvimento sustentável e as tecnologias sociais. Para obter mais informações, acesse: www.fbb.org.br.

Sobre o Instituto Sabin

O Instituto Sabin é uma organização sem fins lucrativos criada em 2005 com a missão de reunir e formalizar as práticas de responsabilidade social exercidas pelos Laboratórios Sabin. Atualmente, o Instituto Sabin tem a missão de promover e melhorar a qualidade de vida das comunidades onde o Grupo Sabin atua, especialmente nas áreas

de saúde, esporte e educação. Até 2017, mais de 850 mil pessoas foram atingidas por ações, projetos e parcerias do Instituto. Para obter mais informações, acesse: institutosabin.org.br.

Sobre o Instituto Humanize

Criado em setembro de 2017, o Instituto Humanize é uma organização sem fins lucrativos que atua nos eixos de Sustentabilidade e Geração de renda apoiando e/ou articulando apoio a grupos e iniciativas que desenvolvam projetos, programas ou eventos voltados para sociedade, meio ambiente, educação e melhoria da qualidade de vida no Brasil.

Sobre o GIFE

O GIFE é uma organização sem fins lucrativos que reúne empresas, famílias, indivíduos ou membros da comunidade que investem em projetos de utilidade pública. Criado como um grupo informal em 1989, foi constituído como um Grupo de Institutos, Fundações e Empresas em 1995, por 25 organizações. Desde então, tornou-se referência no Brasil em investimento social privado e vem contribuindo para o desenvolvimento de organizações similares em outros países. A rede GIFE é marcada pela diversidade de seus investidores e reúne hoje mais de 130 membros. A organização gera conhecimento a partir de articulações em rede para melhorar o ambiente político institucional do investimento social e aumentar a qualidade, legitimidade e relevância das ações do investidor social privado. Para obter mais informações, acesse gife.org.

Sobre a Comunitas

A Comunitas é uma organização da sociedade civil brasileira cujo objetivo é contribuir para a melhoria dos investimentos sociais corporativos e incentivar a participação do setor privado no desenvolvimento social e econômico do país. Para tanto, a Comunitas incentiva diferentes ações em parcerias com lideranças empresariais, comprometidas com os objetivos da organização. O Encontro Anual de Líderes e o Programa Conjunto para o Desenvolvimento Sustentável fomentam o diálogo sobre os desafios nacionais, a participação do setor privado no desenvolvimento local e o apoio à melhoria dos serviços públicos em diversos municípios brasileiros. A pesquisa Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC), por sua vez, traz contribuições valiosas para o trabalho da organização e fornece parâmetros sobre o investimento social privado no Brasil, acompanhando a evolução dos compromissos sociais das empresas participantes. Para obter mais informações, acesse comunitas.org.

Sobre o IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

O IDIS é uma organização que apoia o investimento social privado para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável. O IDIS funciona de duas maneiras: desenvolvendo iniciativas proativas e atendendo à demanda de suporte técnico de empresas, fundações, institutos e indivíduos. Tanto as iniciativas quanto o apoio técnico dependem do estabelecimento de parcerias. Aprendizagem conjunta, transparência e corresponsabilidade são valores que permeiam essas parcerias. O compromisso do IDIS com o desenvolvimento social é expresso pelo aumento do impacto do investimento social privado. Atuar como organização da sociedade civil legitima a missão do IDIS, pois depende do apoio de diversas partes interessadas. Para obter mais informações, acesse idis.org.

Sobre a WINGS - World Initiatives for Grantmaker Support

A WINGS é uma rede de cerca de 100 associações filantrópicas e organizações de apoio em 40 países de todo o mundo cujo objetivo é fortalecer, promover e fornecer liderança no desenvolvimento da filantropia e do investimento social. Os membros da Wings apoiam um total de 100.000 organizações filantrópicas. Para obter mais informações, acesse wingsweb.org.

SDG
Philanthropy Platform

Rockefeller Philanthropy Advisors

FOUNDATION CENTER
Knowledge to build on.

PNUD
Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

Instituto C&A

Itaú Social

Itaú

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

GLOBO

FUNDAÇÃO

INSTITUTO sabin

GIFE
PELO IMPACTO DO INVESTIMENTO SOCIAL

Comunitas

IDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

WINGS
WORLDWIDE INITIATIVES FOR GRANTMAKER SUPPORT